

MECANISMO INDEPENDENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO

Relatório Anual 2017



Catálogo na fonte fornecida pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento
Mecanismo Independente de Consulta e Investigação: relatório anual 2017 /
Banco Interamericano de Desenvolvimento.
p. cm.
1. Development banks-Latin America-Yearbooks. 2. Social responsibility in banking-Latin America.
3. Economic development projects-Social aspects-Latin America. 4. Economic development
projects-Environmental aspects-Latin America. I. Banco Interamericano de Desenvolvimento.
Mecanismo Independente de Consulta e Investigação.
IDB-AR-180

Mecanismo Independente de
Consulta e Investigação



| CONTEÚDO

MENSAGEM DA DIRETORA.....	6
I. DESTAQUE DE 2017.....	8
II. 2017: A CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES.....	12
• O Perfil das Reclamações e Operações Correlatas.....	14
• A Gestão MICI.....	21
· Sobre a etapa de Registro.....	21
· Sobre a etapa de Admissibilidade.....	22
· Sobre a Fase de Consulta.....	24
· Sobre a Fase de Verificação da Observância.....	27
III. A CONSOLIDAÇÃO OPERACIONAL.....	30
• A Equipe MICI.....	32
• O Grupo Consultivo Externo.....	34
• O Trabalho com Mecanismos Pares.....	36
IV. A CONSOLIDAÇÃO NO SETOR.....	38
· Divulgação Externa.....	41
· Divulgação Interna.....	43
V. 2017: A GESTÃO INDIVIDUAL.....	44
VI. UMA OLHADA AO 2018.....	82
VII. ANEXOS.....	86
• Orçamento 2017.....	88
• Divulgação em 2017.....	89
• Reclamações Recebidas 2010- 2017.....	91

MENSAGEM DA DIRETORA

VICTORIA MÁRQUEZ MEES
DIRETORA DO MICI
(2015-2020)



EM 2017 A AMÉRICA LATINA E O CARIBE INICIARAM uma lenta recuperação econômica após as taxas negativas de crescimento registradas em 2016, mas o desemprego registrou aumentos que incidiram diretamente nos índices de pobreza e no desenvolvimento da classe média. Nesse ano a região foi também fortemente abalada por desastres naturais. Ocorreram furacões, terremotos, avalanches de terra e secas em diversos países, afetando de forma desigual as populações da região. Soma-se a isso o fato de nesse período ter-se evidenciado um crescimento no número de conflitos ambientais e sociais vinculados a investimentos que visam a reduzir o atraso na infraestrutura.

Nesse âmbito opera o Grupo BID, financiando um volume importante de projetos na região por meio de suas três instituições: BID, BID Invest e Fumin. A carteira de aprovações do Grupo foi crescendo nos últimos anos a fim de aumentar o apoio aos países da região com ênfase no financiamento da infraestrutura sustentável, transporte, energia, água e saneamento e agronegócios. Os Co- investimentos com outras instituições de financiamento internacional, bem como o uso de diferentes instrumentos

financeiros em apoio a um mesmo projeto aparecem agora com maior frequência, particularmente em projetos de grande escala e do setor privado.

Em estreita correlação, o MICI, o escritório independente de prestação de contas do Grupo, tratou em 2017 um total de 26 reclamações, referentes principalmente a grandes investimentos de infraestrutura como é o caso do Projeto Hidrelétrico Reventazón na Costa Rica e o Projeto Hidrelétrico Alto Maipo no Chile. Além disso, a carteira de casos MICI incluiu operações como o projeto de ampliação do Aeroporto Internacional El Dorado de Bogotá ou a Perimetral Oriental de Bogotá, ambas operações relacionadas com a APP (Associação Público Privada), bem como estruturas complexas de financiamento que permitiram a gestão de reclamações em colaboração com outras organizações irmãs.

Para dispensar atenção a essas novas estruturas e contextos, o MICI dedicou tempo e esforço à consolidação, partindo da constituição de uma equipe sólida de profissionais caracterizada pela diversidade e multidisciplinaridade, sistematização de processos e análise

interpretativa de nossa política para gerar certeza e consistência na resposta em busca de novos espaços e veículos para a promoção de acesso ao Mecanismo.

O ano de 2017 apresenta um trabalho sólido por parte dos integrantes da equipe, marcado pelos resultados: a celebração de um acordo em apoio à segurança territorial de povos amazônicos do Peru; nivelamento do campo de jogo em termos de língua e estabelecimento de canais de comunicação eficazes para uma participação real de camponeses haitianos em um processo de diálogo; a apresentação de resultados de três pesquisas cujas conclusões permitiram identificar debilidades no cumprimento das políticas operacionais do Grupo e, por conseguinte, propor medidas corretivas; e participação em foros, workshops e sessões informativas em diversos países da região e do mundo e a soma de encontros individuais ou em grupo com todos os diferentes atores relevantes a nossos processos.

No fim do ano persistem desafios, mas considero que nos temas fundamentais o Grupo BID conta hoje com um mecanismo robusto de alta capacidade de resposta, rigoroso e comprometido. Sinto-me orgulhosa pelas realizações da equipe e estamos prontos para introduzir em 2018 novas iniciativas que permitam aumentar o impacto de nosso trabalho no Grupo e, sem dúvida, prioritariamente nas comunidades que vivem na América Latina e no Caribe.

Convidamos todos a revisar este resumo de nosso trabalho em 2017 e estamos sempre à disposição para falar com mais profundidade do trabalho do MICI.

Atenciosamente
Victoria Márquez Mees



A OPERAÇÃO DO GRUPO BID EM 2017

Em 2017, o GBID, da mesma forma que outras instituições financeiras internacionais, focalizou recursos para o financiamento de parcerias público-privadas (APP), inclusive criando uma unidade dedicada a isso dentro de suas estruturas. Além disso, as três instituições mantêm um processo contínuo de identificação de novos produtos financeiros de natureza mais flexível e com maior capacidade de resposta à região. Nesse ano o Grupo BID desembolsou mais de US\$ 10 bilhões:

- **BID** aprovou 90 operações com garantia soberana no montante de US\$ 11.384 milhões. Os setores com maior investimento foram Reforma e Modernização do Estado (17%), Transporte (15%) e Água e Saneamento (12%).
- **Fumin** recebeu compromissos formais para um terceiro ciclo de operações até 2023. Em 2017 a Comissão de Doadores desse fundo aprovou 67 operações no total de US\$ 84,6 milhões, sendo 60 delas cooperações técnicas, 8 empréstimos e 8 investimentos de capital. As operações do Fumin em 2017 concentraram-se no Brasil, México, Peru e El Salvador. ([Relatório Anual 2017 do BID](#))
- **BID Invest** aprovou 234 operações no total de US\$ 3,204 milhões. Os setores com maior investimento foram Energia (36%), Comércio Exterior (23,4%) e Instituições Financeiras (22,2%). As operações de BID Invest concentraram-se nos países do Cone Sul e México e América Central. ([Relatório Anual BID INVEST 2017](#))

DESTAQUES
DE 2017



DESTAQUES DE 2017

Para o MICI 2017 representou um ano de consolidação em diversas frentes: solidificação de uma equipe; construção de acordos em Fase de Consulta, a apresentação de três relatórios de investigação e o início de duas novas pesquisas; o desenvolvimento dos primeiros planos de ação por parte da Administração como resultado de recomendações feitas pelo MICI em seus relatórios; uma intensa atividade em matéria de promoção de acesso e esforços continuados para promover uma maior transparência e eficácia de nossa operação.

Figuram, a seguir, os pontos mais destacados:

FASE DE CONSULTA:

SOLUÇÃO DE CONFLITOS E PROMOÇÃO DO DIÁLOGO.

No âmbito do “Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras – Terceira Fase (PTRT-3)”, a boa vontade e disposição das Partes em participar de um diálogo facilitado pelo MICI deram lugar em agosto à assinatura de um Ata de Cumprimento e Compromissos entre as 1166 comunidades indígenas da Amazônia peruana, representadas pela organização AIDSEP, autoridades do Ministério da Agricultura do Peru e os funcionários do BID responsáveis pela operação.



FASE DE VERIFICAÇÃO DA OBSERVÂNCIA:

A INVESTIGAÇÃO COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL.

As pesquisas da Fase de Verificação da Observância oferecem evidência factual a respeito da forma como o Grupo desenha e supervisiona os projetos que financia e estabelecem se isso se fez em conformidade com as Políticas com as quais o Grupo se autorregula. Em 2017 foram concluídas três investigações cujas conclusões e recomendações têm ajudado ao Grupo a melhorar sua gestão operacional em termos de transparência, avaliação de impactos sociais e supervisão ambiental e social das operações, sejam essas do setor público ou privado.



DIVULGAÇÃO:

A PROMOÇÃO DO ACESSO COMO PEDRA ANGULAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Em 2017 consolidou-se a presença do Mecanismo em importantes foros regionais e internacionais. Individualmente ou em colaboração com outros mecanismos de prestação de contas, o MICI entrou em contato com mais de 553 representantes de sociedade civil da Região da América Latina e do Caribe.



MELHORA CONTÍNUA:

A CRÍTICA CONSTRUTIVA DE ATORES DE DIVERSOS SETORES AJUDOU AO MICI A FOCALIZAR SUA OPERAÇÃO E MELHORAR O DESEMPENHO.

Em 2017 foi criado o Grupo Consultivo Externo reunindo-se nesse primeiro ano em duas ocasiões, junho e dezembro. Esse grupo de oito profissionais de diversos setores contribui com seu tempo e talento de forma voluntária para oferecer assessoramento ao MICI nos temas de promoção de acesso, transparência e autoavaliação.



A CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES



O PERFIL DAS RECLAMAÇÕES E AS OPERAÇÕES CORRELATAS

Em 2017 o MICI gerenciou um total de 26 reclamações, 25 relativas a operações do BID e uma relativa ao BID Invest, a primeira que o MICI recebeu referente a financiamentos dessa instituição desde janeiro de 2016, data em que o mecanismo começou a prestar serviços ao braço privado do Grupo BID.

DE QUE PAÍSES PROVÊM AS RECLAMAÇÕES?
Geograficamente as reclamações gerenciadas no ano provieram de 13 países da região da América Latina e do Caribe, destacando o Brasil com sete reclamações e a Costa Rica com cinco.

MAPA DE RECLAMAÇÕES 2017 POR PAÍS DE ORIGEM



CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2017

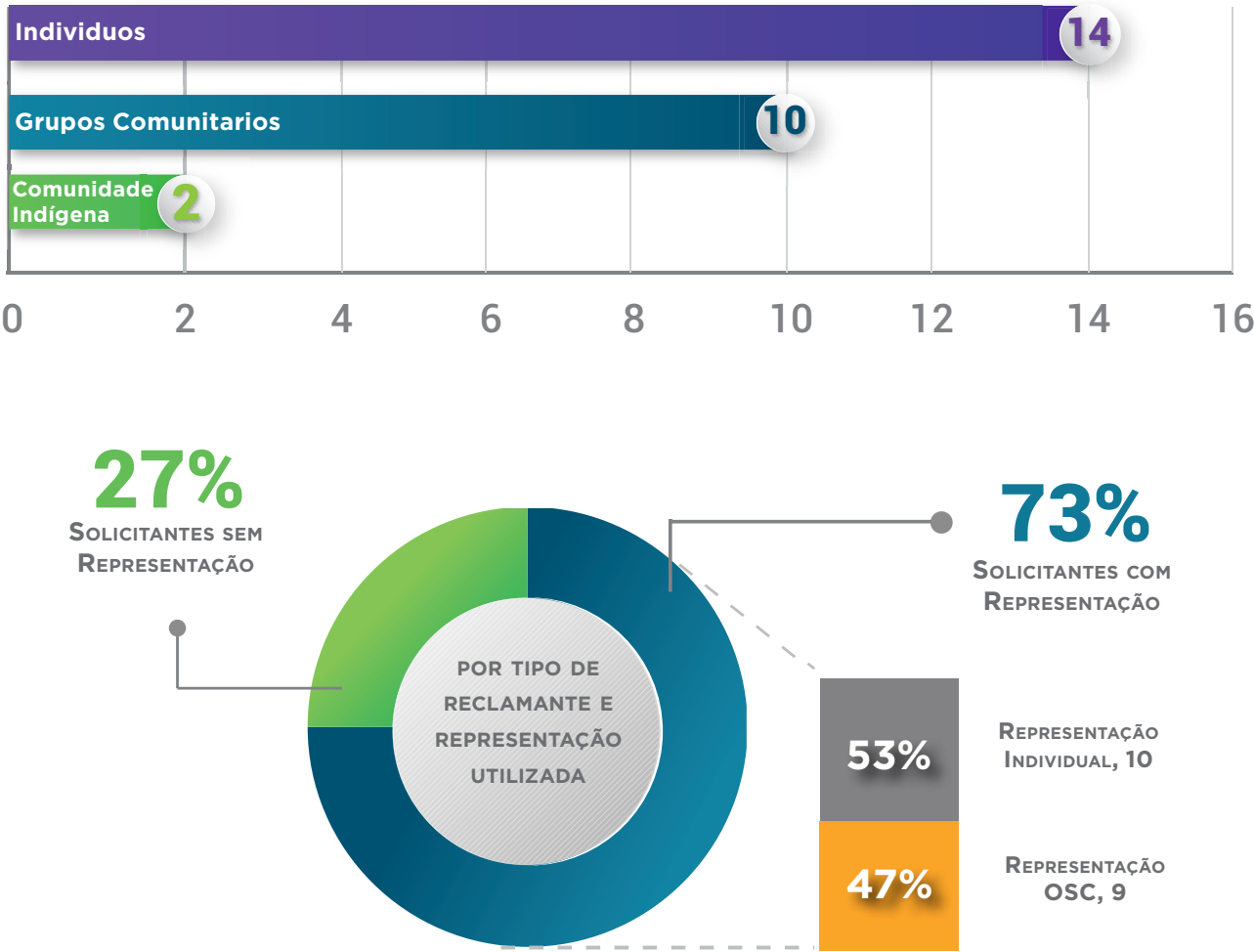
	Número de Reclamações	Número de Projeto	País	Nome
1	AR-MICI001-2010 (MICI-AR-2010-004)	AR-L1036	Argentina	Multifase Desenvolvimento Infraestrutura: Apoio Produção de Entre Rios - Fase 1
2	BR-MICI004-2011 (MICI-BR-2011-019)	BR0273	Brasil	Programa de Melhoria de Bairros Habitar Brasil
3	BR-MICI006-2011 (MICI-BR-2011-020)	BR-L1160	Brasil	Programa de Estruturação Urbana São José dos Campos
4	ME-MICI002-2012 (MICI-ME-2012-053)	ME-L1107	México	Projeto Eólico Mareña Renováveis
5	CO-MICI002-2011 (MICI-CO-2011-023)	CO-L1029	Colômbia	Aeroporto Internacional EL Dorado
6	MICI-BO-2014-079	BO-L1028	Bolívia	Programa de Drenagem Pluvial dos Municípios de La Paz e El Alto
7	MICI-PE-2015-0094	PE-L1026	Peru	Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru - Terceira Fase
8	MICI-BID-PR-2016-0101	PR-L1044	Paraguai	Reconversão do Centro, Modernização Transporte Público Metropolitano e Escritórios do Governo - Reclamação II
9	MICI-BID-BR-2016-0106	BR-L1216	Brasil	Programa Várzeas do Tietê
10	MICI-BID-CR-2015-0110	CR-L1049	Costa Rica	Programa Hidrelétrico Reventazón
11	MICI-BID-CR-2016-0112	CR-L1049	Costa Rica	Projeto Hidrelétrico Reventazón - Reclamação II
12	MICI-BID-HA-2017-0114	HA-L1076	Haiti	Programa de Infraestrutura Produtiva- Reclamação II
13	MICI-BID-CH-2017-0115	CH-L1067	Chile	Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo
14	MICI-BID-CR-2017-0116	CR-L1049	Costa Rica	Projeto Hidroelétrico Reventazón - Reclamação III
15	MICI-BID-HO-2017-0117	HO-L1013	Honduras	Programa Multifase de Reabilitação de Trechos Corredor Turístico do PPP
16	MICI-BID-BR-2017-0118	BR-L1296	Brasil	Projeto Rodoanel Mário Covas - Trecho Norte - Reclamação V
17	MICI-BID-BR-2017-0119	BR-L1216	Brasil	Programa Várzeas do Tietê - Reclamação IV
18	MICI-BID-CO-2017-0120	CO-L1159	Colômbia	Perimetral Oriental de Bogotá Associação Público-Privada
19	MICI-BID-CH-2017-0121	CH-L1067	Chile	Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo - Reclamação II
20	MICI-CII-ME-2017-0122	ME4024A-01	México	Grupo Corporativo Papelera S.A. de CV
21	MICI-BID-BR-2017-0123	BR-L1216	Brasil	Programa Várzeas do Tietê - Reclamação V
22	MICI-BID-EC-2017-0124	EC-L1097	Equador	Programa de Proteção e Recuperação do Patrimônio Cultural
23	MICI-BID-CR-2017-0125	CR-L1049	Costa Rica	Projeto Hidroelétrico Reventazón - Reclamação IV
24	MICI-BID-GU-2017-0126	GU-L1014	Guatemala	Estabelecimento Cadastral e Consolidação Certaiza Jurídica Áreas Protegidas
25	MICI-BID-CR-2017-0127	CR-L1049	Costa Rica	Projeto Elétrico Reventazón - Reclamação V
26	MICI-BID-BR-2017-0128	BR-L1160	Brasil	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos

QUEM APRESENTA AS RECLAMAÇÕES?

Catorze das 26 reclamações de 2017 foram apresentadas por indivíduos a título pessoal, 10 por grupos comunitários e duas por comunidades indígenas. A maioria delas chegou ao MICI por meio

de um representante (73%) e essa função foi exercida praticamente tanto por algum reclamante em representação de seu grupo (53%), como por terceiros afiliados a alguma organização de sociedade civil (47%) em apoio aos reclamantes.

CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2017: POR TIPO DE RECLAMANTE E REPRESENTAÇÃO UTILIZADA

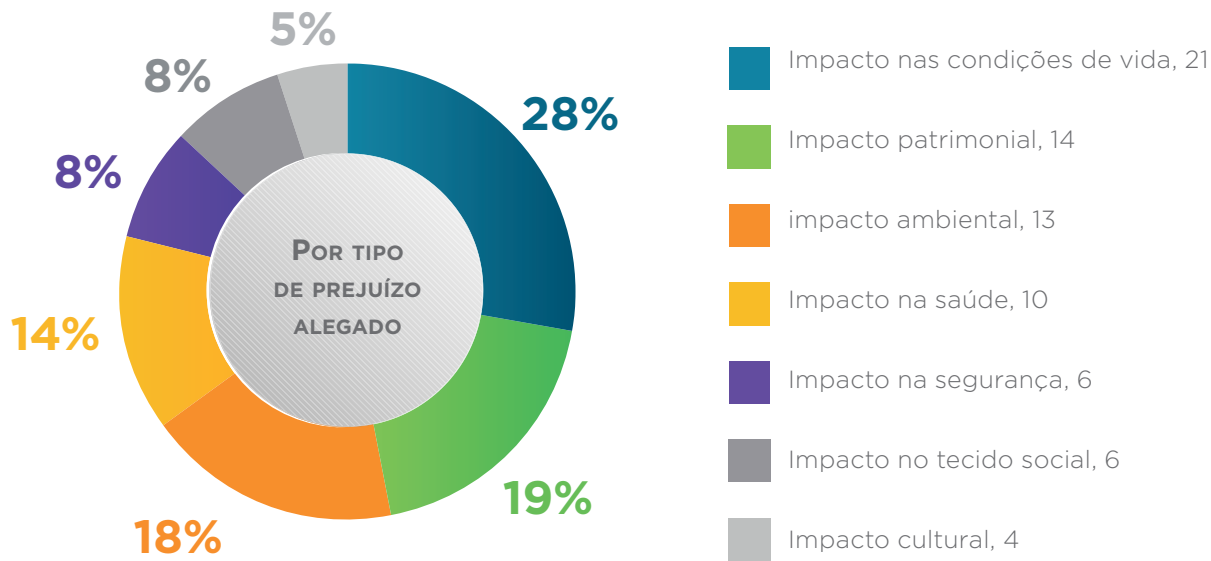


QUE TIPOS DE PREJUÍZO FORAM APRESENTADOS?

Os danos alegados nas reclamações apresentadas ressaltaram prioritariamente condições de vida

(28%), patrimônio (19%) e, como terceira prioridade, o meio ambiente (18%).

CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2017: POR TIPO DE PREJUÍZO ALEGADO



SOBRE AS OPERAÇÕES MOTIVO DE RECLAMAÇÃO

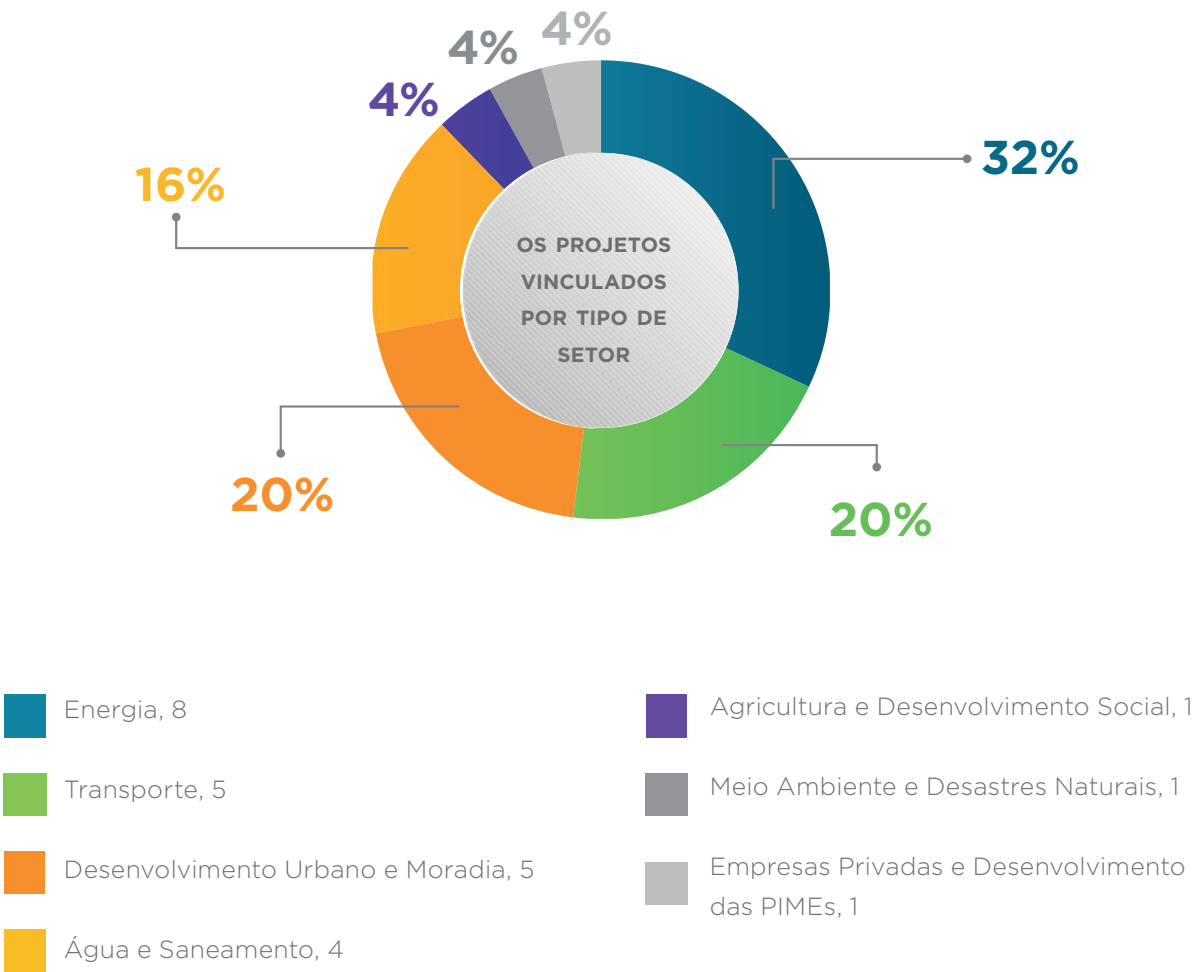
Em 2017 foram gerenciadas 25 reclamações vinculadas a operações do BID, a saber, 15 relativas a projetos do setor público, 10 referentes a projetos do setor privado originadas e aprovadas pela Di-

retoria Executiva do BID antes da fusão externa e que atualmente são administradas pelo BID Invest e 1 reclamação vinculada a um projeto financiado diretamente pelo BID Invest.

DE QUE SETORES PROVÊM?

As reclamações pertinentes ao BID referem-se principalmente a projetos de energia (32%), transporte (20%) e desenvolvimento urbano e moradia (20%). Além disso, constatamos que 12 (46%) deles enfocam quatro projetos específicos (dois de energia e dois de desenvolvimento urbano e moradia). No caso da reclamação do BID Invest, o projeto pertence ao setor de madeira, polpa e papel.

CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2017: OS PROJETOS VINCULADOS POR TIPO DE SETOR*



*O gráfico mostra apenas as 25 reclamações relativas a operações do BID.

QUE INSTRUMENTOS FINANCEIROS SÃO UTILIZADOS PARA APOIAR OS PROJETOS?

Cinquenta por cento das reclamações vinculavam-se a uma única operação de financiamento e todas elas eram empréstimos. Os outros 50% mostravam maior heterogeneidade vinculando-se

a mais de uma operação e onde se destacam os empréstimos (27) como principal instrumento de financiamento, mas também se apresentam outros instrumentos, tais como cooperações técnicas (27), investimentos não reembolsáveis (6), garantias (5) e linhas de crédito (2).

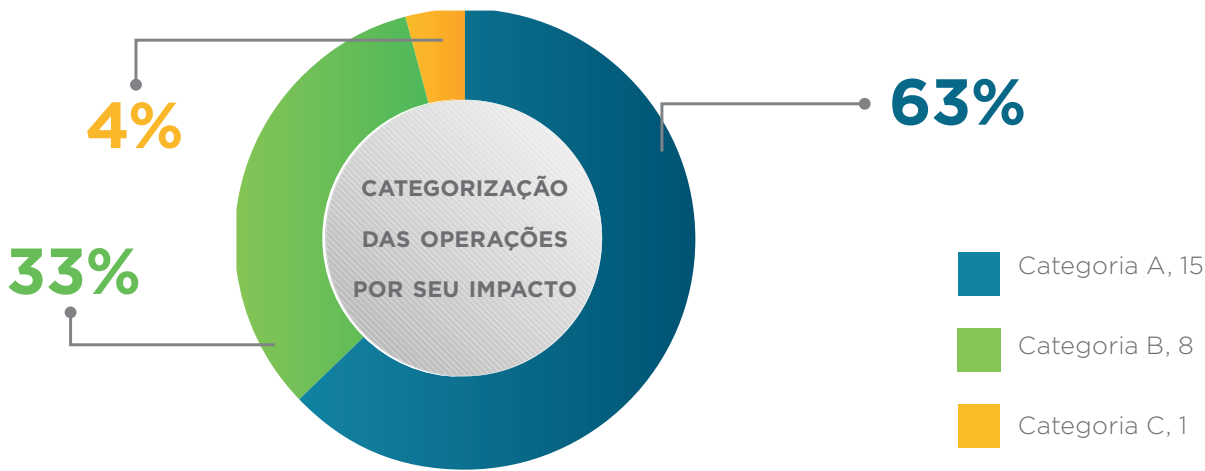
CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2017: INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS



A QUE CATEGORIA AMBIENTAL PERTENCEM?

No tocante à categoria ambiental: **15** reclamações se referiam a operações da categoria **A (63%)** pelo impacto ambiental e social que, segundo se prevê, gerariam; **8** da categoria **B (33%)** e **1** da categoria **C (4%)**. Desta análise foram excluídas duas reclamações por não terem sido categorizadas.

CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2017: CATEGORIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR SEU IMPACTO



Nota. O gráfico considera somente 24 reclamações.

A GESTÃO MICI

A Carteira de Reclamações 2017, incluiu 11 reclamações transferidas do ano anterior e 15 novas recebidas durante o ano. No fim do ano, 15 finalizaram sua gestão e 11 se mantiveram ativas para conti-

nuar sua gestão em 2018. A maior proporção de reclamações (73%) concluiu sua gestão na etapa de Registro.

Etapas - Fases	Número de Reclamações gerenciadas por etapa*	Número de Reclamações fechadas por etapa
Registro	15	11
Admissibilidade	6	3
Fase de Consulta	4	0
Fase de Verificação da Observância	7	1

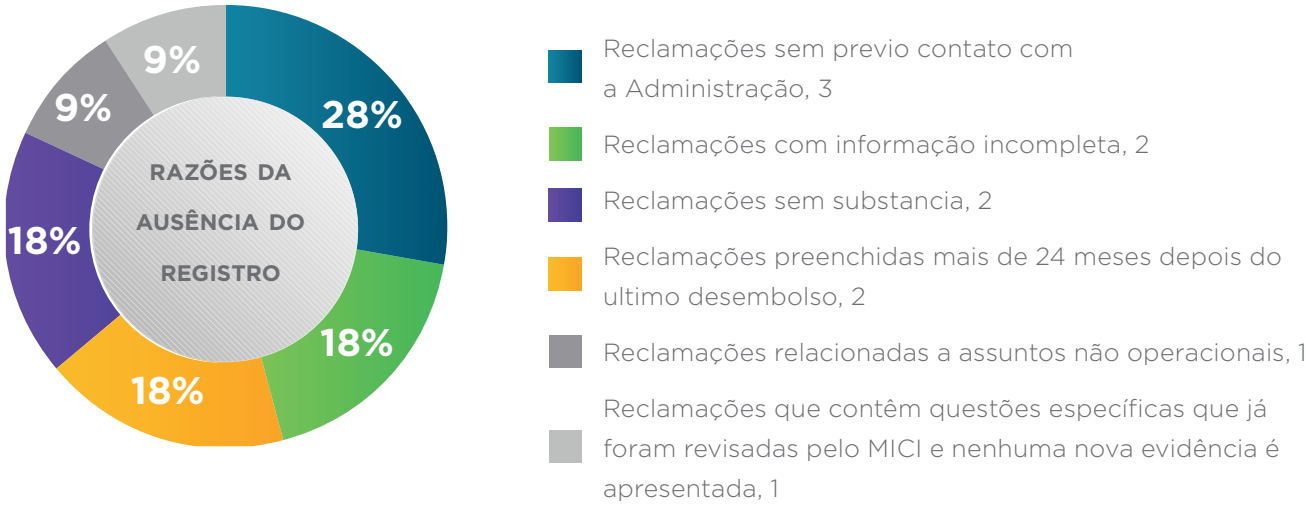
*Uma mesma reclamação pode ser gerenciada em diferentes etapas em um mesmo ano. Portanto, a soma excede o número de 26 reclamações gerenciadas.

SOBRE A ETAPA DE REGISTRO

Neste ano foram recebidas 15 novas reclamações e no caso de oito (8) delas foi outorgada a prorrogação de 10 dias úteis para completar a informação, mas finalmente só quatro (4) foram registradas. As outras 11 recebidas não foram registradas principalmente por não terem tido contato prévio com a Administração (3, 28%).

Com relação às reclamações que não continham as informações requeridas para o seu registro (2, 18%), os reclamantes não regressaram ao MICI depois da prorrogação de 10 dias úteis. As outras seis reclamações estavam claramente vinculadas a alguma das exclusões previstas na Política do MICI.

CARTEIRA DE RECLAMAÇÕES 2017: RAZÕES DA AUSÊNCIA DO REGISTRO



SOBRE A ETAPA DE ADMISSIBILIDADE

Na etapa de qualificação se analisaram seis (6) reclamações, duas das quais foram declaradas admissíveis (8% do total gerido) e transferidas uma à Fase de Consulta e a segunda à Fase de Verificação da Observância. Ao fim do ano se manteve em etapa de Admissibilidade uma reclamação, uma vez que tanto os Reclamantes como a Administração do Banco solicitaram ao MICI uma

prorrogação no prazo da sua determinação, uma vez que estavam em um processo de negociação relativo aos danos apresentados. As três (3) reclamações restantes foram declaradas inadmissíveis para um processo MICI por não cumprirem os critérios.. Em dois dos casos essa determinação foi resultado da desistência dos Solicitantes.

SOBRE AS TRÊS RECLAMAÇÕES INADMISSÍVEIS

MICI-BID-BR-2016-0106	Os critérios de admissibilidade estabelecem o requisito de dispor de dois ou mais reclamantes para iniciar um processo MICI. Neste caso, no momento da determinação da admissibilidade dois dos três reclamantes teriam desistido, mantendo a Reclamação um único indivíduo.
MICI-BID-CR-2016-0112	Os critérios de qualificação estabelecem o requisito de procurar resolver os temas motivo da Reclamação com a Administração do Banco antes de contatar o MICI. Neste caso não se tinha dado oportunidade à Administração do Banco de responder às preocupações manifestadas.
MICI-BID-BR-2017-0118	Os reclamantes retiraram a sua Reclamação na etapa de Admissibilidade. Portanto, o MICI determinou que a Reclamação inadmissível por não existir matéria para levar a cabo um processo MICI.



Como parte da análise desta etapa, o MICI realizou missões ao Brasil, Chile e Haiti para compreender melhor o contexto das Reclamações por meio do contato direto com os Reclamantes e as Agências Executoras.

Visita aos Reclamantes no local do projeto, Haiti

Programa de Infraestrutura Produtiva (HA-L1076)

[MICI-BID-HA-2017-0114](#)



Encontro com Reclamantes, Brasil

Programa Várzeas do Tietê(BR-L1216)

[MICI-BID-BR-2016-0106](#)



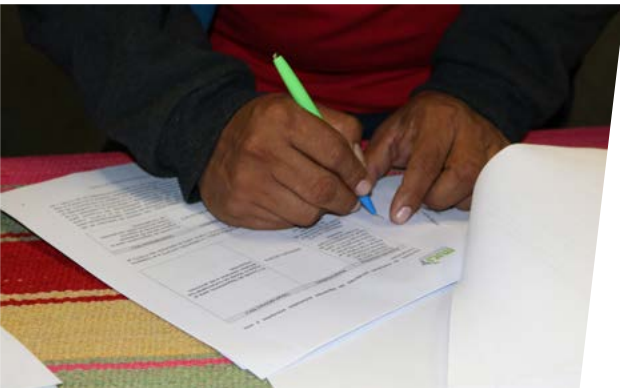
Visita ao Cliente no local do projeto, Chile

Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo (CH-L1067)

[MICI-BID-CH-2017-0115](#)

SOBRE A FASE DE CONSULTA

Neste ano foram gerenciadas quatro Reclamações na Fase de Consulta em diferentes etapas do processo. Para cada uma dessas reclamações, o MICI formulou juntamente com as Partes uma estratégia específica para atender aos aspectos específicos da reclamação e do projeto em questão, bem como as preferências socioculturais, idiomáticas e geográficas, para mencionar algumas. Criar espaços seguros onde prime o respeito é uma prioridade da gestão.



Para a reclamação [MICI-PE-2015-0094](#) vinculada ao “Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru – Terceira Parte (PTRT3)”, o processo facilitado pelo MICI culminou com a assinatura de um acordo entre 1166 comunidades indígenas da Amazônia Peruana representadas por organizações regionais, pelo Ministério da Agricultura desse país e pelo BID. Como parte dos compromissos alcançados, as Partes acordaram iniciar o processo de titulação de comunidades nativas antes da titulação de proprietários individuais, bem como levar a cabo um estudo sobre o tráfico de terras na região amazônica, entre outros.

A assinatura do acordo

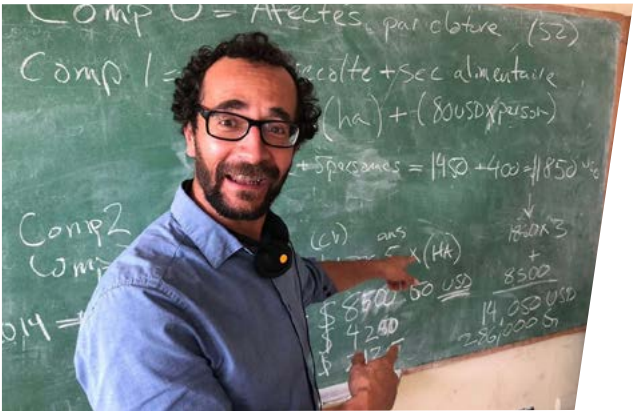
Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru – Terceira Fase
[MICI-PE-2015-0094](#)

Em junho de 2017, com base nos resultados obtidos na etapa de avaliação, a equipe da Fase de Consulta começou a facilitação no caso [MICI-BID-HA-2017-0114](#) apresentado por camponeses haitianos deslocados da área onde cultivavam, para dar margem à construção do Parque Industrial Caracol, financiado pelo BID como parte de uma estratégia de apoio ao desenvolvimento da zona nordeste do Haiti.

O MICI teve até o momento um papel de terceira parte imparcial que compreende a execução das tarefas de preparação e facilitação dos encontros por meio de um facilitador profissional e de sua equipe da Fase de Consulta. Durante o processo elaborou e disponibilizou a ambas as partes propostas para abordar dificuldades emergentes relacionadas com os temas da agenda. Também vital para o desenvolvimento do processo foi o contato permanente com as Partes mantendo um fluxo contínuo de informação atualizadas, permitindo abordar conflitos à medida que fossem surgindo. Até esta data observam-se acordos parciais destinados a aumentar a transparência do processo e

garantir uma participação eficaz dos Reclamantes, no qual destacam:

- A participação tanto da Administração do BID, como dos Reclamantes e do Órgão Executor na elaboração de uma agenda e formato preliminar para os diálogos. Essa tarefa é produto de muitas horas de conversa com as Partes, durante as quais foram determinadas as características mínimas de um processo de consulta ou solução alternativa de controvérsias, seja por meio do diálogo, mediação, negociação ou outros métodos.
- A abertura para assegurar o acesso a documentos e informação imprescindível para uma participação efetiva dos Reclamantes, inclusive a tradução para o créol haitiano, língua materna da comunidade afetada. A existência de documentos compreensíveis no idioma dos participantes mostra uma dimensão de pertinência cultural indispensável para uma participação efetiva. A Administração foi instrumental na detecção, disponibilização e tradução desses documentos.



Facilitando o diálogo

Programa de Infraestrutura Produtiva (HA-L1076)
[MICI-BID-HA-2017-0114](#)



MONITORAMENTO DE ACORDOS

Em 2017 a equipe da Fase de Consulta deu acompanhamento ao cumprimento de compromissos acordados para um caso na Argentina e outro no Brasil e iniciou o monitoramento para o caso do Peru. Esse acompanhamento por parte do MICI

tem como objetivo assegurar que os compromissos assinalados se materializem no prazo e na forma acordada e também serve para descomprimir tensões que possam surgir na execução das atividades com as quais as Partes se comprometeram.



Famílias reclamantes e autoridades municipais
Programa de Melhoria de Bairros Habitar, Brasil (BR0273)
[BR-MICI004-2011](#)

MICI visita a estação transformadora
Multifase Desenvolvimento da Infraestrutura:
Apoio à Produção de Entre Rios –
Fase 1 (AR-L1036)
[AR-MICI001-2010](#)



SOBRE A FASE DE VERIFICAÇÃO DA OBSERVÂNCIA

Este ano foi de intensa atividade para a Fase de Verificação da Observância com sete casos ge-

renciados em diferentes etapas: quatro em investigação; dois em preparação de recomendações e um em monitoramento.

Número da Reclamação e Nome	De que trata o caso?	Resultados/ Produtos de 2017
ME-MICI002-2012 (MICI-ME-2012-053) Projeto Eólico Mareña Renováveis	Operação de empréstimo ao setor privado em apoio à construção de um parque eólico e onde a reclamação trata da danos ambientais e sociais a comunidades indígenas da zona de implantação	Como resultado do Relatório de Verificação da Observância apresentado pelo MICI em 2016, a Administração apresentou um plano de trabalho atendendo às recomendações feitas pelo MICI e aceitas pela Diretoria Executiva do BID.
CO-MICI002-2011 (MICI-CO-2011-023) Aeroporto Internacional El Dorado	Operação de empréstimo ao setor privado em apoio à ampliação e modernização do aeroporto, onde a reclamação trata de dano por poluição sonora.	Em março foi apresentado à consideração da Diretoria Executiva o Relatório de Verificação da Observância que aceitou os achados e sete das oito recomendações formuladas. A Diretoria solicitou à Administração a elaboração de um plano de ação para a implementação das recomendações aprovadas.
BR-MICI006-2011 (MICI-BR-2011-020) Programa de Estruturação Urbana São José dos Campos	Operação de empréstimo ao setor público para a construção de uma via rápida, onde a reclamação trata do dano social e econômico a uma comunidade por motivos de reassentamento involuntário.	Em junho foi apresentado à consideração da Diretoria Executiva o Relatório de Verificação da Observância que aceitou os achados e as recomendações formuladas. A Administração responsabilizou-se pela implementação das sete recomendações feitas pelo MICI no âmbito dessa investigação.
MICI-BO-2014-079 Programa de Drenagem Pluvial dos Municípios de La Paz e El Alto	Operação de empréstimo ao setor público para a reconstrução do sistema de drenagem pluvial na cidade de La Paz	Em dezembro foi apresentado à consideração da Diretoria Executiva o Relatório de Verificação da Observância que aceitou os achados, ficando pendente sua decisão a respeito das recomendações.
MICI-BID-PR-2016-0101 Reconversão do Centro, Modernização do Transporte Público Metropolitano e dos Escritórios do Governo – Solicitação II	Operação de empréstimo ao setor público para a construção de um sistema de transporte coletivo (Metrobus) na cidade de Assunção	Em janeiro a Diretoria Executiva aprovou a realização da investigação, a qual teve início em março e no fim do ano essa investigação mantinha-se aberta.
MICI-BID-CR-2015-0110 Programa Hidrelétrico Reventazón	Operação de empréstimo aos setores público e privado para a construção de uma hidrelétrica, cuja reclamação trata do dano ambiental e econômico	Em maio foi apresentada para consideração da Diretoria Executiva a recomendação de realizar uma investigação, a qual não foi autorizada. Com essa decisão encerrou-se a gestão do caso.
MICI-BID-CH-2017-0115 Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo	Operação de empréstimo ao setor privado para a construção e operação de uma hidrelétrica de passagem, onde a reclamação trata de dano ambiental social e econômico para a comunidade onde está localizado o projeto	Na gestão dessa reclamação foram necessárias diversas prorrogações na etapa de preparação da Recomendação para uma Verificação da Observância devido à falha técnica do projeto por motivos não vinculados à gestão do caso. Em dezembro foi encaminhada à Administração e aos Solicitantes a versão preliminar da Recomendação para os respectivos comentários.

Em matéria de resultados, foram emitidos três relatórios de investigação referentes a operações do BID com garantia soberana ([BR-MICI006-2011](#); [MICI-BO-2014-079](#)); e um relativo a uma operação sem garantia soberana ([CO-MICI002-2011](#)). Os achados das três pesquisas realizadas foram aceitos pela Diretoria Executiva e as recomendações feitas em cada um deles foram recolhidas em planos de ação pela Administração.

As investigações realizadas encontraram diversos descumprimentos a respeito das Políticas Operacionais de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas, Reassentamento Involuntário e Acesso à Informação. Em particular, os achados indicaram avaliações de impacto ambiental e social em que não se teriam identificado de forma adequada e abrangente os impactos adversos que posteriormente motivariam a apresentação de reclamações por parte das comunidades afetadas e, por conseguinte, não teriam sido emitidas medidas de mitigação adequadas. Além disso, como tema recorrente, os processos de consulta levados a cabo teriam resultado insuficientes em conformidade com o previsto nas políticas operacionais do Banco.

Neste ano o MICI apresentou duas recomendações de investigação. A primeira referente ao projeto Metrobus em Assunção, Paraguai ([MICI-BID-PR-2016-0101](#)), o qual, uma vez aprovado pela Diretoria Executiva, iniciou a sua etapa de investigação em março de 2017 após a contratação dos peritos. Para o caso ([MICI-BID-CR-2015-0110](#)) referente ao Projeto Hidrelétrico Reventazón situado na Província de Limón, Costa Rica, a recomendação do MICI para a realização de uma investigação não foi aprovada pela Diretoria Executiva, o que deu por concluído seu processamento.

No tocante ao caso Mareña Renováveis, no início de 2017 a Administração apresentou um plano de ação para acolher as recomendações feitas pelo MICI, sendo de particular importância o fortalecimento da capacidade do Banco em matéria de gestão social e processos de consulta por meio de novas diretrizes de aplicação das Políticas Operacionais e capacitação de funcionários e agências executoras.



Roster de Peritos

O MICI dispõe de uma pequena equipe de tempo integral responsável pelo processo de investigação na fase de Verificação da Observância. No momento da aprovação de uma investigação, a equipe de Verificação da Observância é complementada por dois consultores independentes para acrescentar à investigação a perspectiva de sua perícia em temas particulares ao caso. Em geral, esses consultores são membros do Roster de Peritos e são contratados de forma *ad hoc* para analisar a documentação relevante do Projeto vinculada ao tema específico de sua perícia, participar das missões *in loco* e produzir um relatório analítico de conclusões e cumprimento que serve como contribuição ao relatório de Verificação da Observância que o MICI elabora.



Missão de Verificação da Observância

Reconversão do Centro, Modernização Transporte Público Metropolitano e Escritórios do Governo – Solicitação II (PR-L1044)
[MICI-BID-PR-2016-0101](#)



Missão à zona do projeto

Programa Hidrelétrico Reventazón (CR-L1049)
[MICI-BID-CR-2015-0110](#)



A CONSOLIDAÇÃO OPERACIONAL

A EQUIPE MICI

Uma das chaves do êxito de qualquer empreendimento é a equipe que o implementa. No final de 2017, o MICI conseguiu consolidar uma equipe, o

que apresenta uma combinação de pessoal fixo e consultores, caracterizado pela diversidade de gênero, nacionalidade e área de perícia.



A equipe MICI

Para este ano a Diretoria Executiva autorizou a criação de um cargo no quadro de pessoal, o qual ajuda o fortalecimento da operação. As funções deste cargo concentram-se na institucionalização de processos e na devolução de aprendizagens ao Grupo BID e são desempenhadas por Eva Heiss.

No âmbito do processo MICI, isso começa com a chegada de uma reclamação. Este trabalho de primeiro contato é feito por Esteban Tovar como oficial de registro.

Em agosto de 2017, após uma busca intensiva, o Senhor Gastão Aín, advogado argentino com ampla experiência no campo da solução de conflitos, foi admitido como Coordenador da Fase de Consulta. Chefia uma equipe formada por dois oficiais de caso, María Camila Barriga e Martín Packmann. Sebastián González atua como Assistente de Caso.

Na Fase de Verificação da Observância também houve mudanças. Atualmente, a Coordenadora da Fase de Verificação da Observância, Arantxa Villanova, é apoiada por Ana María Mondragón e Pedro León, ambos advogados peritos em direitos humanos e meio ambiente. Raquel Gómez atua como Assistente de Caso.

A promoção de acesso é uma das tarefas permanentes do MICI. Neste trabalho, em 2017 consolidou-se uma equipe de comunicação composta por três pessoas: Axel Dávila, Rosário Lino e Carmelina Perea. A esta equipe cabe a responsabilidade da vinculação com a sociedade civil e manutenção do Registro Público do MICI, trabalho a cargo de Isabel Berdeja.

Como parte da base operacional do MICI, as tarefas de administração e conhecimento –fundamentais para a operação sistemática e eficiente – em 2017 foram desempenhadas por Rebeca García e Sylvia Walker, tal como o fizeram em anos anteriores.



O Programa de Estágios do Grupo BID e MICI



Anualmente o MICI participa do programa de estágios do Grupo tanto a fim de dispor de apoio para seus trabalhos como para incentivar a aprendizagem de novas gerações. Em 2017 contou-se com o apoio de dois estudantes: Axel Dávila e Mingbo Lyu.

Mingbo descreve sua experiência: “O departamento do MICI dispõe de uma equipe incrível. Este estágio me deu uma base sólida para minha futura carreira em órgãos governamentais e me ajudou a conseguir meu primeiro trabalho de tempo integral em um banco bilateral de comércio chinês em Beijing. Sempre recordarei com apreço minha experiência no BID”.

*Estagiária da Universidade de Shanghai, China.
Mingbo Lyu*

O GRUPO CONSULTIVO EXTERNO (GCE)

Em 2017 foi formada a primeira geração de GCE para o período 2017-2019. Em 2017 foram realizadas duas reuniões nas quais se definiram as áreas prioritárias e a agenda de trabalho para o biênio. Sob um princípio de máxima transparência e a fim de dar continuidade ao trabalho do grupo, as atas de reunião estão acessíveis ao público no site do MICI.

O GCE compõe-se de oito membros, todos eles com ampla experiência em matéria de financiamento do desenvolvimento, comunicação e gestão organizacional. Foram escolhidos dentre 24 candidatos originários ou residentes de 11 países membros do Grupo BID depois de um processo aberto de escolha. Todos eles participam a título pessoal e não recebem remuneração econômica por sua colaboração.



O QUE É O GCE? COMO TRABALHA?

- É um grupo assessor que dota o MICI de uma perspectiva externa para melhorar sua operação.
- Seus membros são profissionais destacados dos setores público, privado e social que aplicam seus conhecimentos e experiência de forma voluntária.
- O GCE reúne-se duas vezes por ano, uma vez de forma presencial e a segunda a distância.
- Nessas reuniões o GCE é atualizado a respeito da operação do MICI e com base nisso oferece assessoria no modo de melhorar a operação em termos de acesso, transparência e eficácia.



MICI e os integrantes do Grupo Consultivo Externo

- o **Ana-Mita Betancourt** (Estados Unidos): Advogada com experiência em estruturação financeira, mecanismos de prestação de contas e formulação e implementação de projetos de desenvolvimento sustentável. Trabalhou no BID e até recentemente atuou como assessora jurídica da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) do Grupo Banco Mundial. Antes disso, atuou como Secretária Executiva do Mecanismo de Pesquisa Independente do BID sendo um dos artífices do atual MICI.
- o **Maximiliano Brandt** (Chile): Experiência em governança organizacional e avaliação de impacto. Trabalhou no BID. Participou como membro do Conselho Consultivo (CONSOC) da mesma instituição na Costa Rica e em sua trajetória ajudou na vinculação de organizações sem fins lucrativos com empresas, governos e organizações para o desenvolvimento. Atualmente é Diretor Associado para o Desenvolvimento Institucional da Hábitat for Humanity na Costa Rica.
- o **Juan Carballo** (Argentina): Advogado com experiência em prestação de contas e transparência no esquema de empréstimo para o desenvolvimento. É fundador e atual Diretor Executivo da Fundação para o Desenvolvimento de Políticas Sustentáveis (FUNDEPS) na Argentina.
- o **Leonardo Crippa** (Argentina): Advogado com experiência em povos indígenas e desenvolvimento de políticas de mecanismos de prestação de contas. Foi o fundador da Comissão de Direitos Humanos do Colégio

de Advogados de Jujuy e atualmente atua como advogado no Indian Law Resource Center de Washington, D.C.

- o **Paulina Ibarra** (Chile): Comunicóloga com experiência em comunicação para o desenvolvimento, participação do cidadão, prestação de contas, transparência, educação e ativismo digital. Trabalhou para o Banco Mundial, dirigiu a *Fundación Multitudes* no Chile e desenvolveu políticas comunicacionais para o Serviço Nacional do Consumidor no Chile, entre outros.
- o **Manolo Morales** (Equador): Advogado ambientalista com experiência em gestão de conflitos agrários, legalização de terras, incidência política e vinculação com a sociedade civil. Além disso, foi presidente da Coordenadora Equatoriana de Organizações para a Defesa da Natureza e Ambiente e é Presidente da Corporação de Gestão e Direito Ambiental (Ecolex) no Equador.
- o **Andrea Repetto Vargas** (Chile): Experiência em solução de conflitos, direitos humanos, prestação de contas e processos de desmobilização. Atualmente trabalha como especialista em mediação na CAO, o mecanismo independente de prestação de contas da Corporação Financeira Internacional (IFC) e da MIGA.
- o **Melanie Salagnat** (França): Experiência em responsabilidade social corporativa, sustentabilidade, governança, ética e avaliação de impacto. Atualmente é sócia fundadora e consultora sênior da firma *Ideal Sustentabilidad* na Cidade do México.

O TRABALHO COM MECANISMOS PARES

Um número cada vez maior de instituições financeiras internacionais dispõe de mecanismos independentes de prestação de contas, os quais compartilham, como objetivo, a atenção a reclamações ambientais e sociais no âmbito do financiamento para o desenvolvimento. A Rede de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMNetwork,

por suas iniciais em inglês) agrupa 18 mecanismos que se reúnem periodicamente para intercambiar experiências e aprendizagens. Em 2017 a reunião anual foi realizada na Cidade de Tessalônica, Grécia, organizada pelo Mecanismo do Black Sea Trade and Development Bank.



MICI no encontro com a sociedade civil

No biênio 2016-2018, o MICI tem sob sua responsabilidade a Secretaria dessa rede e em sua gestão tem procurado fortalecer o intercâmbio de aprendizagens, identificar áreas de harmonização de procedimentos e promover uma maior colaboração entre mecanismos junto ao número crescente de projetos que dispõem de financiamento de duas ou mais instituições financeiras internacionais.

Em consonância com esses esforços, em 2017 o MICI trabalhou em estreita colaboração na

gestão de dois casos com os mecanismos do Banco Europeu de Investimentos e da Corporação Financeira Internacional (IFC), uma vez que os projetos motivo de reclamação seriam financiados pelas três instituições em um dos casos e pelo BID e IFC no segundo caso.

Além disso, o MICI convidou suas organizações irmãs a coorganizarem workshops na região para promover o acesso a essas instâncias não judiciais de reclamação por parte de comunidades afetadas.



14a. Reunião Anual dos Mecanismos Independentes de Prestação de Contas. Tessalônica, Grécia

A CONSOLIDAÇÃO NO SETOR



PROMOÇÃO DE ACESSO

Como parte fundamental do correto exercício de seu mandato, o MICI realizou um relacionamento proativo e eficaz com suas audiências, tanto internas como externas. Em 2017 consolidou sua presença como interlocutor comprometido em diversos foros relevantes ao financiamento do desenvolvimento sustentável e à prestação de contas.

Individualmente ou em colaboração com outros mecanismos o MICI estabeleceu contato com uma ampla audiência por meio de eventos em um total de oito países.



Reunião com representantes da sociedade civil

770+ pessoas impactadas pelas atividades de divulgação



300+

Representantes de OSC (Organizações da Sociedade Civil) e líderes comunitários

220

Peritos em impacto ambiental e social e acadêmicos

250

Pessoal do GBID



Fórum Regional de Diálogo Construtivo na América Latina



Fórum virtual/Banca Multilateral: Motor de Desenvolvimento?

DIVULGAÇÃO EXTERNA

Como mecanismo de reclamação sua efetividade consiste em ser conhecido pelas comunidades da região. Por isso, entre as funções fundamentais do MICI figura a promoção do acesso.

Divulgar o conhecimento da existência do MICI, bem como de seu âmbito de operação por meio da apresentação da experiência de casos, fez parte das realizações alcançadas no Workshop de Mecanismos de Prestação de Contas e Sociedade Civil (em CD) da Guatemala, organizado em conjunto com o Painel de Inspeção do Banco Mundial, com o Escritório de Cumprimento dos Padrões Sociais e Ambientais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com o apoio da Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento. Entre os participantes figuram os representantes de comunidades indígenas do país, bem como de organizações de sociedade civil dedicadas à promoção do respeito dos direitos humanos. Um tópico recorrente no workshop foi a gestão de casos quando os reclamantes enfrentam situações de represálias.

A consolidação do Mecanismo o tem posicionado também como possível modelo a seguir por organismos europeus, razão pela qual participou do *Workshop Acadêmico sobre os Mecanismos Independentes de Prestação de Contas*, organizado pela Universidade de Milão, compartilhando sua experiência e operação.

Cumprir ressaltar também a participação no Fórum Regional de Diálogo Construtivo na América Latina realizado em Bogotá, Colômbia, no qual o MICI foi convidado a apresentar o papel que desempenham os Mecanismos de Prestação de Contas na promoção do diálogo e o fortale-

cimento das denominadas “Infraestruturas para a Paz” na solução de conflitos.

Além disso, o MICI esteve presente no Fórum Mundial da Organização da Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, uma plataforma global que reúne representantes de governos, empresas, grupos comunitários e sociedade civil, escritórios de advocacia, investidores e organismos da ONU, entre outros. Neste ano o tema central girou em torno do desafio “cumprir o acesso a mecanismos de reparação eficazes.”



Workshop de Mecanismos de Prestação de Contas e Sociedade Civil na Cidade da Guatemala



Foro Mundial da Organização da Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, Genebra



DIVULGAÇÃO INTERNA

Do mesmo jeito que se busca vinculação com possíveis usuários do mecanismo, o MICI tem por objetivo um relacionamento eficaz com as audiências internas do Grupo BID. Neste ano contou-se com a participação de cerca de 250 funcionários

em workshops, bate-papos e apresentações focalizadas. O objetivo em todas essas reuniões foi promover o conhecimento do Mecanismo sob um enfoque de máxima transparência e certeza de procedimento.



Capacitação a funcionários do BID

A gestão de reclamações é a função principal do Mecanismo e o MICI presta conta de sua atuação em cada uma delas por meio do [Registro Público](#) onde se pode acessar à informação e documentos de natureza pública durante toda a gestão, em muitos casos de maneira plurianual.

Para as reclamações gerenciadas em um ano em particular, ações realizadas nesse período e resultados obtidos, o Relatório Anual sempre dispõe de uma seção que, em ordem cronológica de recebimento, informa sobre cada um deles. Nessa seção figura a gestão individualizada das 26 reclamações gerenciadas em 2017.

A GESTÃO
INDIVIDUAL



Programa Multifase de Desenvolvimento da Infraestrutura: Apoio à Produção de Entre Rios–Fase I

COUNTRY: Argentina

País: Argentina

SITUAÇÃO ATUAL: Aberta

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 28 de junho de 2010

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público AR-MICI-001-2010](#)

Número do projeto: AR-L1036

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 100.000.000

Setor: Empresas Privadas. e Desenvolvimento de PME

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana aprovada em novembro de 2007 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da infraestrutura básica do setor de produção na província de Entre Rios, Argentina. A primeira fase enfoca os componentes de transporte e eletricidade para assegurar a disponibilidade de energia elétrica em áreas de expansão agroindustrial. Dentro do componente de energia elétrica prevê-se a construção da subestação elétrica “Grande Paraná” de 500-132 kw. a que se refere a Reclamação.

A Reclamação

O Senhor Pablo Folonier e outros membros de sua família apresentaram uma Reclamação aduzindo potenciais danos ambientais e sociais decorrentes da construção e operação da usina de transmissão elétrica. Entre eles figuram: (1) falta do devido processo no momento da desapropriação da propriedade rural da família como local selecionado para a construção da usina; (2) falta de medidas de proteção e/ou mitigação às áreas circundantes da

propriedade rural que formava parte de uma zona ribeirinha de montes e colinas declaradas área de valor e interesse para a cidade do Paraná; (3) prejuízo econômico decorrente do impacto sobre a agricultura local que a localização da planta poderia acarretar; e (4) falta de acesso à informação sobre o projeto e seus alcances.

O Processo de Gestão

Em 2017 foram realizadas duas reuniões da Comissão de Participação do Cidadão da qual fazem parte os Reclamantes, ENERSA, BID e MICI. Cumpre destacar que, de comum acordo, o trabalho da Energia de Entre Rios S.A (ENERSA) em 2017 focalizou a identificação da medida compensatória alternativa, particularmente na melhoria das ruas do bairro El Brete no momento em que a instalação de luminárias nas mesmas aguarda a aprovação por parte do Município do Paraná.

No final de 2017, a única ação pendente é esta obra de compensação que originalmente previa a construção de um centro de saúde em vez da melhoria das ruas já mencionada.

Programa de Melhoria de Bairros Habitar Brasil

País: Brasil

SITUAÇÃO ATUAL: Aberta

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 10 de junho de 2011

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público BR-MICI004-2011](#)

Número do projeto: BR0273

Categoria ambiental: não disponível

Financiamento do BID: US\$ 250.000.000

Setor: Desenvolvimento e Moradia Urbanos

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto.

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana, aprovada em 1998 para apoiar um programa a ser executado pela Prefeitura de São José dos Campos, Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de famílias de escassos recursos de áreas metropolitanas mediante projetos integrados de melhoria de bairros, inclusive saneamento, educação, saúde, coleta de dejetos sólidos e melhorias no meio ambiente.

A Reclamação

A Reclamação foi apresentada pela Central de Movimentos Populares em representação de um grupo de famílias da comunidade de Vila Nova Tate-tuba em São José dos Campos que deveriam ser reassentadas no âmbito do Programa Habitar e que não aceitaram a alternativa de reassentamento devido aos impactos econômicos e sociais negativos que a nova localização proposta teria em suas condições de vida. Desde janeiro de 2004 essas fa-

mílias ocupavam um depósito ferroviário abandonado, onde suas condições de vida eram precárias. Além disso, no momento da remoção, as famílias sofreram a perda de sua mobília pela qual exigiam ressarcimento econômico.

O Processo de Gestão

No âmbito do monitoramento dos acordos, no início de 2017 o MICI realizou uma missão para estabelecer contato com os funcionários da Administração Municipal que teriam tomado posse do respectivo cargo no fim de 2016 e confirmar o seu apoio aos acordos, bem como acompanhar as atividades pendentes juntamente com a Comissão de Acompanhamento, em particular a implementação do Plano Social e o processo de doação ao Município dos terrenos onde estão situadas as moradias por conta da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Uma vez formalizada essa doação, o Município poderá assinar com as famílias os contratos de compra e venda, última atividade pendente.

Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos

País: Brasil
Situação atual: Aberta
Data de recebimento MICI: 10 de junho de 2011
Cronologia e documentos públicos: Registro Público BR-MICIO06-2011

Número do projeto: BR-L1120
Categoria ambiental: B
Financiamento do BID: US\$ 85.672.400
Setor: Desenvolvimento e Moradia Urbanos
Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana, aprovada em maio de 2010, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município de São José dos Campos, Brasil, para alcançar um maior equilíbrio em suas vertentes econômica, ambiental e social, por meio da melhoria e consolidação da estrutura física e da gestão urbana do município. O Programa está estruturado em três componentes: (1) melhorias urbano-ambientais; (2) melhorias na mobilidade urbana; e (3) fortalecimento institucional. Em seu primeiro componente, o programa inclui a redistribuição de famílias que ocupam áreas de preservação ambiental e vivem em situação de risco.

A Reclamação

A Central de Movimentos Populares de São José dos Campos apresentou uma Reclamação em representação de 100 famílias residentes na comunidade de Jardim Nova Esperança, também conhecida como o Banhado, mediante a qual afirmam que alguns componentes do Programa, em particular o relacionado com o reassentamento das famílias e a construção de uma via perto da qual reside atu-

almente a comunidade, teriam efeitos potenciais e socioambientais negativos. Além disso, alegam não terem sido devidamente informados sobre o projeto e as condições de reassentamento involuntário.

O Processo de Gestão

Em março de 2017 o MICI emitiu o Relatório de Verificação da Observância do Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos cujas conclusões principais são:

- **Sobre a Política de Reassentamento Involuntário (OP-710)** – a Administração não cumpriu o estipulado nessa Política: 1) ao não realizar consulta adequada com uma amostra representativa de pessoas prejudicadas; 2) ao não ter estabelecido alternativas concretas e adequadas de indenização e reabilitação; e 3) ao não cumprir os requisitos de um plano de reassentamento final.
- **Sobre a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)** – a Administração não cumpriu o estipulado nessa Política: 1) ao considerar que os impactos ambientais e sociais a serem gerados eram localizados e de curto prazo, não constando a existência de medidas de mitigação eficazes para os prejuízos

concretos que gerariam; 2) ao não ter exigido a totalidade das avaliações ambientais requeridas para o Programa; 3) ao não verificar se as consultas teriam sido adequadas e não assegurar que os prejudicados fossem informados.

- **Sobre a Política de Acesso à Informação (OP-102)**, o Banco não cumpriu a obrigação de divulgar a tempo a informação ambiental e social do Projeto.

Resumo dos achados principais

Política Operacional	Achado
OP-710 Política de Reassentamento Involuntário	• Participação e consulta com a população afetada. O Banco descumpriu, uma vez que foram realizadas apenas duas reuniões com um grupo limitado de vizinhos do Banhado no desenvolvimento do PIAS (Plano Integral de Ação Social) . A finalidade dessas duas reuniões era fazer um primeiro contato e conhecer mais a área, o que não constitui um processo de consulta e participação robusto e oportuno com uma amostra representativa de pessoas afetadas. • Determinação de opções de indenização e reabilitação. O Banco descumpriu por não ter estabelecido alternativas concretas e adequadas de indenização e reabilitação, levando em conta as características e necessidades da comunidade afetada, especialmente o risco de empobrecimento de uma população que estava em situação de vulnerabilidade. • Requisitos específicos para um plano de reassentamento final. O Banco descumpriu ao validar o PIAS como tal sem cumprir todos os requisitos estabelecidos na OP-710. • Perturbar ao mínimo a população afetada. O Banco descumpriu por não ter assegurado que as famílias do Banhado fossem atendidas no âmbito do plano de reassentamento de forma adequada e equitativa em um prazo razoavelmente breve e de acordo com sua situação de vulnerabilidade. Nesta investigação o MICI concluiu que as condições de vida no Banhado se deterioraram ao longo dos nove anos de participação do BID no reassentamento.
OP-703 Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas	• Diretiva B.3 Pré-Avaliação e Classificação. O Banco descumpriu ao considerar como impactos localizados e de curto prazo aqueles gerados pelo Programa que incluía, entre outros componentes e subcomponentes, a construção de duas obras viárias de grande magnitude, uma delas às margens de uma área natural protegida de cerca de 11.000 hectares e que requeria, além disso, o reassentamento de cerca de 700 famílias, das quais aproximadamente 300 estavam em situação de vulnerabilidade, não constando a existência de medidas de mitigação efetivas para os impactos concretos que gerariam esses componentes. • Diretiva B.5 Requisitos de Avaliação Ambiental. O Banco descumpriu por não ter exigido a totalidade das avaliações ambientais requeridas para o Programa na oportunidade estabelecida por essa Diretiva, as quais permitiram estabelecer em tempo e forma seus impactos específicos e desenvolver medidas de mitigação adequadas. • Diretiva B.6 Consultas. O Banco descumpriu a Diretiva B.6, uma vez que não se assegurou a realização de um processo de consulta com as partes afetadas na forma e oportunidade estabelecidas por essa Diretiva para levar em consideração seus pontos de vista sobre o Programa e o curso de ação proposto para isso. • Diretiva B.1 Políticas do Banco. O Banco descumpriu uma vez que financiou uma operação que não cumpria as Diretivas B.3, B.5 e B.6 da OP-703, nem era coerente com diversas disposições da OP-710 e a OP-102 (em suas versões de 2006 e 2010).

Resumo dos achados principais

Política Operacional	Achado
OP-102 Divulgação e Acesso às informações (2006 e 2010)	• OP-102 de 2006. Não publicou a tempo todos os documentos de divulgação obrigatória. • OP-102 de 2010. O Banco descumpriu por não publicar o EIA e o RIMA da Via do Banhado, documentos que não se enquadram em nenhuma das exceções de divulgação da OP-102 e que deviam ter sido divulgados pelo Banco em atenção ao princípio de máximo acesso à informação.

Em 19 de junho de 2017, a Diretoria Executiva considerou o Relatório, aceitando os achados e conclusões do MICI e instruindo a Administração a adotar as sete recomendações apresentadas pelo MICI. O Relatório e a Decisão Final da Diretoria estão disponíveis no Registro Público.

Recomendações feitas pelo MICI no âmbito do Relatório de Verificação da Observância referente ao Programa de Reestruturação Urbana de São José dos Campos

Recomendação 1	Publicar no website do Banco todos os documentos de divulgação obrigatória para o Programa, preferencialmente em português.
Recomendação 2	Divulgar à população, da forma que se considerar mais oportuna, que o reassentamento das famílias do Banhado e a construção da Via do Banhado já não estão sendo financiados pelo BID.
Recomendação 3	Divulgar este Relatório de Verificação da Observância ao pessoal do Banco, com especial enfoque nos funcionários envolvidos no desenho, execução e supervisão de operações.
Recomendação 4	Explicitar nas diretrizes de aplicação da Política de Acesso à Informação o caráter obrigatório da divulgação pública dos planos de reassentamento em todas as operações que envolvem um reassentamento involuntário, bem como o requisito de temporalidade de sua divulgação.
Recomendação 5	Estabelecer, nos casos de atrasos significativos na execução de projetos que impliquem reassentamento, procedimentos claros para antecipar necessidades e implementar de maneira expedita ações de mitigação que incluam, entre outras, a divulgação de informação oportuna às populações objeto do reassentamento, bem como a atualização de diagnósticos e qualquer revisão e/ou reajuste aos planos-chave de gestão ambiental e social da operação, conforme necessário.
Recomendação 6	Assegurar a disponibilidade e divulgação das Políticas Operacionais Pertinentes nos quatro idiomas oficiais do Banco.
Recomendação 7	Encarregar a Administração de garantir o acesso expedito e direto do MICI a todos os arquivos operacionais pertinentes a seu mandato.

Projeto Eólico Mareña Renováveis

País: México
Situação atual: Aberta
Data de recebimento MICI: 26 de dezembro de 2012
Cronologia e documentos públicos: [Registro Público ME-MICI002-2012](#)

Número do projeto: ME-L1107
Categoria ambiental: A
Financiamento do BID: \$1.060.000.000 pesos mexicanos
Sector: Energia



O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo sem garantia soberana, aprovada em novembro de 2011, a ser concedida a Mareña Renováveis Capital. A operação tem o objetivo de apoiar a construção de um parque eólico de 396 KW no Istmo de Teuantepec, no estado de Oaxaca, para fornecer energia à empresa Fomento Economico Mexicano S.A.B. de C.V. sob a estrutura jurídica mexicana de auto abastecimento e consiste na construção de 132 torres com aerogeradores e uma linha de transmissão de 52 quilômetros que conecta o parque com a rede elétrica.

A Reclamação

O Senhor Leonardo Cripta, da organização Indian Law Resource Center, apresentou uma Reclamação ao MICI em representação de moradores das comunidades indígenas Santa María Xadani, San Mateo del Mar, Colonia Álvaro Obregón, San Francisco

del Mar, San Dionisio del Mar, Juchitán de Zaragoza e Unión Hidalgo del Istmo de Teuantepec, estado de Oaxaca, México, alegando um conjunto de danos que incluem: (1) ausência de consultas públicas apropriadas; (2) falta de avaliação adequada dos impactos ambientais na fauna da zona e de informação insuficiente às comunidades sobre os impactos previstos; e (3) impactos negativos no estilo de vida das comunidades e no seu meio de subsistência tradicional que é a pesca.

O Processo de Gestão

Em setembro de 2016, a Diretoria Executiva do BID teria aceitado as conclusões apresentadas pelo MICI no Relatório de Verificação da Observância do Projeto Eólico Mareña Renováveis e instruído a Administração do Banco a preparar um plano de trabalho para implementar as recomendações constantes do Relatório.

Resumo das Recomendações feitas pelo MICI no âmbito do Relatório de Verificação da Observância do Projeto Eólico Mareña Renováveis

Specific Recommendations	
Recomendações Específicas	• Criar dois registros independentes: um para o Projeto Eólico Mareña Renováveis e outro para o Projeto Eólica do Sul e reportar o estado do primeiro no registro pertinente.Publish the 22 documents subject to mandatory disclosure in the Mareña Renewables Wind Project registry. • Publicar os 22 documentos de divulgação obrigatória no registro do Projeto Eólico Mareña Renováveis.
Informação às comunidades afetadas	• Esclarecer com o Cliente a situação dos contratos de usufruto com as comunidades de San Dionisio, Santa Maria, Ejido Charis e Ejido Zapata e convidá-lo a esclarecer a situação com as comunidades, particularmente com a Comunidade de Santa Maria que estava a favor do Projeto e, devido à sua suspensão, está diretamente afetada.

Recomendações Gerais	
Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	• Tomar medidas que permitam fortalecer o quadro de políticas operacionais em sua perspectiva social, a revisão de diretrizes e eventualmente uma revisão da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703), se pertinente.
Política de Acesso à Informação (OP-102)	• Incorporar a temporalidade prevista da divulgação de certos documentos em conformidade com as diretorias que, em matéria de divulgação, se incluem nas outras políticas operacionais. • Revisar o Anexo II dessa Política de tal forma que se esclareça que a lista de divulgação para operações do setor privado abrange o âmbito de avaliação e gestão ambiental e social em conformidade com a definição prevista na Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas, em particular no que se refere aos planos de gestão ambiental e social. • Realizar uma auditoria por parte do Escritório do Auditor Externo das práticas de divulgação de tal forma que sejam corrigidos descumprimentos de forma antecipada e assim se referende o compromisso do Banco com a transparência e o acesso.
Política de Povos Indígenas (OP-765)	• Revisar e atualizar a política no intuito de fortalecer a capacidade de gestão nessa matéria a fim de que reflita a evolução da mesma e ofereça um guia claro para sua aplicação.
Guias para gestão em contextos de conflito ambiental e/ou social	• Elaboração de um guia para atender a situações de conflito ambiental e/ou social que permita fortalecer a capacidade de resposta do Banco em conformidade com sua missão de melhorar a vida na Região.

Em 30 de janeiro de 2017, a Administração submeteu à consideração da Diretoria Executiva do BID o Plano de Trabalho em que apresentou as medidas propostas para atender às recomendações feitas pelo MICI em seu Relatório de Verificação da Observância abordando quatro ordens:

- (1) Fortalecimento da capacidade para avaliar e gerir as repercussões sociais dos projetos desenvolvendo e aplicando notas orientadoras específicas (ou seja, sobre mecanismos de solução de reclamações, consultas, avaliação de impacto ambiental e povos indígenas) e atividades de capacitação correlatas para o pessoal da Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais (ESG) e do Banco;
- (2) Revisão e atualização da Política sobre Povos Indígenas (OP-765) realizando uma análise

comparativa da política aplicada pelo BID com o âmbito de política ambiental e social aprovado recentemente pelo Banco Mundial; (3)Elaboração e aplicação de procedimentos relacionados com a Política de Acesso à Informação (OP-102) para zelar por uma divulgação eficaz de documentos ambientais e sociais na página virtual do BID, inclusive os marcos/bandeiras vermelhas em Convergência; e (4)Gestão de riscos em situações de conflito de natureza ambiental ou social analisando as necessidades e opções para gerenciar melhor os projetos em contextos que apresentam conflitos ambientais ou sociais. A Diretoria aprovou esse plano e instruiu a Administração a mantê-la informada periodicamente a respeito dos avanços.

Medidas propostas pela Administração do BID para abordar as recomendações formuladas pelo MICI em seu Relatório de Verificação da Observância

Recomendação do MICI	Medida proposta pelo BID	Data de conclusão prevista
No nível do projeto: • Esclarecer e atualizar a informação na página virtual • Esclarecer a situação dos contratos de usufruto	Unicamente a título informativo. Página da CII: 1. Esclareceu-se e atualizou-se a informação na página virtual do Banco relacionada com a operação. 2. O cliente confirmou que os acordos de usufruto fazem parte dos ativos dos credores e serão mantidos.	4º Trimestre 2016
Fortalecer a capacidade para avaliar e gerir as repercussões sociais dos projetos	1. Nota de orientação e capacitação sobre mecanismos de solução de reclamações (a) Nota de orientação e capacitação sobre consulta (b) Maior verificação e documentação da consulta 2. Nota de orientação e capacitação sobre o impacto social 3. Nota de orientação e capacitação sobre a aplicação da Política sobre Povos Indígenas	1º trimestre 2017 1º trimestre 2017 3º trimestre 2017 4º trimestre 2017

Recomendação do MICI	Medida proposta pelo BID	Data de conclusão prevista
Revisar e atualizar a Política sobre Povos Indígenas (OP-765)	1. Análise de deficiências da Política sobre Povos Indígenas do BID e implementação do novo âmbito de política ambiental e social do Banco Mundial	4º trimestre 2017
	2. Acompanhamento da implementação do novo âmbito de política ambiental e social do Banco Mundial	2017 – 2018
Política de Acesso a Informações (OP-102)	1. Definição de procedimentos para zelar por uma divulgação eficaz de documentos ambientais e sociais na página virtual do BID	4º trimestre 2016
	2. Inclusão de marcos/bandeiras vermelhas de divulgação ambiental e social do BID em Convergência	4º trimestre 2017
Gerir o risco em situações de conflito de natureza ambiental ou social	1. Análise das necessidades e opções para gerenciar melhor os projetos em contextos que propõem conflitos ambientais ou sociais	3º trimestre 2017

Em julho a Administração apresentou à Diretoria Executiva um relatório de andamento sobre o Plano de Trabalho em que reportava as seguintes ações:

No tocante ao contrato de usufruto informou-se que o acordo com a comunidade de Maria del Mar tinha sido cancelado de forma amistosa. Além disso, que a rescisão do contrato de usufruto foi notificada às comunidades de San Dionisio del Mar, Charis e Zapata. A CII está dando acompanhamento à conclusão de disposições conciliatórias.

A Administração prestou conta dos seguintes avanços em matéria de fortalecimento da capacidade para avaliar e gerir as repercussões sociais dos projetos:

- Elaboração de Nota Orientadora sobre Mecanismos de Prestação de Contas.
- Elaboração de Nota Técnica sobre Consulta e Interação Adequada com as Partes Interessadas.

- Início do treinamento de funcionários do Banco, organismos executores e outras partes pertinentes.

- Preparação de uma versão preliminar de um protocolo para documentar as atividades de consulta.

No tocante à análise das deficiências da Política sobre Povos Indígenas, informou-se sobre seus avanços.

Em matéria de divulgação da informação e da Política de Acesso à Informação:

- Elaboração de um protocolo interno para definir procedimentos e realização das mudanças pertinentes nos procedimentos do Banco para o processamento de operações com garantia soberana.
- Inclusão de marcos e notificações específicos relacionados com a divulgação de documentos sobre temas ambientais e sociais nos sistemas de gestão de operações do Banco.

Aeroporto Internacional El Dorado

País: Colômbia

Situação atual: Aberta

Data de recebimento MICI: 12 de agosto de 2011

Cronologia e documentos públicos: [Registro Público CO-MICI002-2011](#)

Número do projeto: CO-L1029

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 165.000.000

Setor: Transporte

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo sem garantia soberana à Sociedade Concessionária Operadora Aeroportuária Internacional, S.A. (OPAIN), aprovada em dezembro de 2010 e dedicada à modernização e expansão do Aeroporto El Dorado de Bogotá, Colômbia. As obras têm como objetivo ampliar a capacidade e agilizar as operações do aeroporto, reduzindo demoras, consumo de combustível e custos de manutenção, bem como melhorar os serviços para passageiros, companhia aéreas e clientes de transporte de carga reforçando os níveis de segurança.

A Reclamação

A Senhora Glória Molina apresentou a Reclamação em representação da organização comunitária “Comunidades Unidas Macroprojeto Aeroporto El Dorado”, mediante a qual se indica um conjunto de preocupações da comunidade referentes a temas constantes do Estudo de Impacto Ambiental relacionado com a poluição da água, gestão de dejetos perigosos, altos níveis de ruído e gestão social da OPAIN com a comunidade. A Reclamação também indicava que o projeto não proporciona às comunidades afetadas acesso adequado e efetivo à informação ou aos mecanismos de participação social.

O Processo de Gestão

Em março de 2017, o MICI emitiu seu Relatório de Verificação da Observância cujas principais conclusões indicaram um descumprimento da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) e da Política de Acesso à Informação (OP-102).

- **No tocante à Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)**, a Administração não cumpriu o estipulado nessa Política: 1) não revisou nem estabeleceu mecanismos que assegurassem o cumprimento das normas sobre ruído; 2) não considerou que os impactos ambientais e sociais gerados por ruído incremental eram impactos localizados e de curto prazo, para os quais o Projeto já contava com medidas de mitigação eficazes; 3) não identificou os riscos que implicava o fato de a responsabilidade pela gestão do ruído recair sobre um terceiro; 4) não avaliou o impacto por ruído incremental e adoção de medidas de mitigação sem validar sua eficácia; v) não verificou se as consultas foram adequadas nem assegurou que os afetados fossem informados sobre as medidas de mitigação do ruído.
- **Política de Acesso à Informação (OP-102)** – o Banco não cumpriu a obrigação de divulgar a informação ambiental e social do Projeto.

Resumo dos Principais Achados

Política Operacional	Achado
OP-703 B.2	O Banco cumpriu a Diretiva B.2 uma vez que avaliou o cumprimento da legislação nacional por parte da OPAIN; não obstante, descumpriu essa Diretiva por não revisar nem estabelecer mecanismos que permitissem avaliar se o Aeroporto estava cumprindo as normas sobre ruído nem conhecer possíveis descumprimentos das mesmas, especialmente a Licença Ambiental.
OP-703 B.3	O Banco descumpriu a Diretiva B.3 por considerar que os impactos ambientais e sociais pelo ruído incremental que geraria o Projeto eram impactos localizados e de curto prazo para os quais já se dispunha de medidas eficazes de mitigação.
OP-703 B.4	O Banco descumpriu a Diretiva B.4 por não ter identificado os riscos que implicava a gestão do impacto por ruído em mãos de um terceiro e consequentemente por não dispor de medidas concretas para manejar esses riscos.
OP-703 B.5	O Banco descumpriu a Diretiva B.5 ao validar medidas de mitigação do ruído sem corroborar sua eficácia e sua idoneidade no que diz respeito aos impactos que geraria o Projeto e sem haver uma avaliação específica de qual seria o impacto por aumento de ruído que o Aeroporto produziria ao funcionar em sua capacidade máxima.
OP-703 B.6	O Banco descumpriu a Diretiva B.6 uma vez que não verificou que a Audiência Pública e as mesas de trabalho eram espaços a respeito dos quais não houve uma consulta adequada. O Banco também falhou ao assegurar que na etapa de execução do Projeto as partes afetadas estiveram devidamente informadas sobre as medidas de mitigação contra o ruído.
OP-703 B.7	O Banco cumpriu a Diretiva B.7 ao ter estabelecido um sistema de monitoramento mediante o qual se supervisionou na operação do Projeto que a OPAIN estivesse cumprindo as salvaguardas estabelecidas no contrato de empréstimo.
OP-703 B.12	O Banco cumpriu a Diretiva B.12 uma vez que o Plano de Ação foi entregue ao BID no prazo estabelecido por ela.
OP-102	O Banco descumpriu a OP-102 uma vez que não divulgou todos os documentos de divulgação obrigatória sob a lista positiva da OP-102 de 2006 e de 2010.
OP-703 B.1	O Banco descumpriu a Diretiva B.1 uma vez que financiou uma operação que não cumpria as Diretivas B.2, B.3, B.4, B.5 e B.6 da OP-703, nem era coerente com diversas disposições da OP-102 (em suas versões de 2006 e 2010).

Em 17 de maio do mesmo ano, a Diretoria Executiva do BID considerou esse Relatório e manifestou seu apoio às conclusões constantes do mesmo, reque-
rendo à Administração do Banco a preparação de um Plano de Ação para implementar sete das oito recomendações formuladas pelo MICI no Relató-

rio. No tocante à Recomendação N° 3, esta não foi aceita por depender exclusivamente das decisões de autoridades nacionais e, portanto, estar fora do alcance do Plano de Ação da Administração. O Re-
latório e a Decisão Final da Diretoria estão disponí-
veis no Registro Público.

Recomendações feitas pelo MICI no âmbito do Relatório de Verificação da Observância referente ao Projeto Aeroporto Internacional El Dorado

Recomendação 1	Publicar no site do Banco todos os documentos de divulgação obrigatória, inclusive o PGAS (Plano Gestão ambiental e Social) para a operação Aeroporto Internacional El Dorado, pre-ferencialmente em idioma espanhol.
Recomendação 2	Divulgar este relatório de Verificação da Observância entre o pessoal do Banco, com enfo-que especial no desenho, execução e supervisão de operações.
Recomendação 3	Analisar, em coordenação com as autoridades colombianas competentes, vias para apoiar o fortalecimento da sustentabilidade ambiental e social do Aeroporto.
Recomendação 4	Esclarecer e/ou produzir diretrizes que assistam às equipes nos casos em que a atuação de terceiros seja um fator a considerar no âmbito da gestão de riscos e impactos.
Recomendação 5	Promover a atualização contínua das “Guias para as consultas públicas e a participação das partes interessadas nos projetos financiados pelo BID”, incorporando as lições aprendidas das equipes de projetos nesses anos e as boas práticas internacionais pertinentes.
Recomendação 6	Divulgar amplamente entre Agências Executoras, Clientes e pessoal do Banco essas Guias e, em colaboração com as áreas pertinentes do Banco, preparar cursos de capacitação sobre consulta e participação nos quais se incluam estudos de caso do Banco.
Recomendação 7	Explicitar a divulgação rotineira do PGAS e qualquer atualização do mesmo que se realize para todos os projetos, mesmo aqueles que não requerem EIAs, na lista de documentos de divulgação obrigatória da OP-102.
Recomendação 8	Introduzir disposições que aumentem a acessibilidade à informação, de modo a assegurar que a informação ambiental e social divulgada pelo Banco esteja no idioma do país onde se realiza a operação.



Programa de Drenagem Pluvial dos Municípios de La Paz e El Alto

País: Bolívia

Situação Atual: Aberta

Data de Recebimento MICI: 27 de março de 2014

Cronologia e Documentos Públicos: [Registro Público MICI-BO-2014-079](#)

Número do projeto: BO-L1028

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 30.000.000

Setor: Água e Saneamento

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto.

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dos Municípios de La Paz e El Alto, mediante a diminuição dos danos humanos e materiais causados por eventos geohidrometeorológicos extremos por meio da implementação de obras e ações complementares para melhorar o sistema de drenagem pluvial de La Paz e de El Alto e sua gestão.

A Reclamação.

O Reclamante, que requereu confidencialidade por temor a represálias, indica ter sofrido prejuízos econômicos diretamente relacionados com os cortes de rua requeridos pela reparação do abastecimento do rio Jancokollo prevista no Programa de Drenagem Pluvial II. Entre as alegações, indica que a informação outorgada aos vizinhos a respeito da operação foi limitada e imprecisa quanto à duração da obra, o que gerou impactos negativos sobre os negócios da zona. Além disso, afirma que as consultas públicas não foram levadas a cabo de forma adequada.

O Processo de Gestão.

Em 1º de fevereiro de 2017 teve início a investigação após a contratação das peritas independentes Ione Novoa Jezler (Brasil) e Helen Russell (Reino Unido). Dados as particularidades deste caso e o requisito de confidencialidade do Reclamante, o MICI optou por fazer uma investigação teórica e não levar a cabo uma missão ao local do projeto.

A investigação concentrou-se em determinar o cumprimento, por parte do Banco, da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) no tocante ao seguinte:

- Identificação, avaliação e mitigação de impactos nas atividades da zona de impacto da obra de drenagem.
- Consulta pública, participação do cidadão e acesso à informação.

Durante a investigação foram necessárias duas prorrogações do prazo para dar oportunidade à Administração de reunir a documentação solicitada. A investigação terminou no fim do ano, ficando pendente sua consideração pela Diretoria Executiva no primeiro trimestre de 2018.

Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru – Terceira Fase (PTRT-3)

País: Peru

Situação Atual: Aberta

Data de Recepção MICI: 27 de agosto de 2015

Cronologia e Documentos Públicos: [Registro Público MICI-PE-2015-0094](#)

Número do projeto: PE-L1026

Categoria ambiental: A (antes B)

Financiamento do BID: US\$40.000.000

Setor: Agricultura e Desenvolvimento Rural

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana, que constitui uma terceira etapa de apoio ao Projeto Especial de Registro e Titulação de Terra (PETT), que se refere à titulação e cadastro de propriedades rurais, particularmente na costa e na serra do Peru. Essa terceira etapa consolidará tarefas da segunda, em particular no que se refere a inscrição de propriedades e titulação de comunidades camponesas e nativas, bem como atividades tendentes a assegurar a sustentabilidade do cadastro rural. A operação tem prevista a execução de quatro componentes: (1) Componente de Cadastro, Titulação e Registro de Terras; (2) Componente de Consolidação Institucional; (3) Componente de Serviços de Administração de Terra; e (4) Componente de Direção, Administração e Supervisão.

A Reclamação

Apresentada pela Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) em

representação de 1,166 comunidades nativas da Amazônia peruana de nove organizações indígenas regionais, afirma que a execução do projeto gerará danos irreparáveis aos Povos Indígenas da Amazônia do Peru. Em termos concretos os Reclamantes consideram que o projeto violará seus direitos à propriedade e uso dos territórios indígenas ao adjudicar em primeira instância a titularidade a colonos. Além disso, indicam que o projeto produzirá danos ambientais e socioeconômicos, como o desmatamento de terras ancestrais, a degradação dos ecossistemas e a perda dos meios de vida das populações indígenas devido às mudanças de uso do solo que ocorrerão. Em conformidade com os Reclamantes, esses danos poderiam ter sido causados por descumprimento das Políticas Operacionais de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703) e Povos Indígenas (OP-765).

O Processo de Gestão

O primeiro semestre de 2017 foi testemunha de diversas mudanças institucionais no Ministério da

Agricultura e Irrigação do Peru (MINAGRI), AIDESEP, BID e do próprio MICI, o que exigiu reconfirmar a disposição das Partes ao processo da Fase de Consulta por meio de diversas missões do MICI ao Peru e do trabalho contínuo do facilitador local. No início de 2017, as novas autoridades ministeriais, após um período de gestão, ratificaram o compromisso do Ministério da Agricultura de participar do processo de diálogo e de avançar tomando como base os acordos preliminares de junho de 2016.

Finalmente, depois de diversas reuniões das Partes em 16 e 17 de agosto, o MICI facilitou o Workshop de Acompanhamento dos Acordos com a presença das diretorias nacionais e regionais da AIDSEP, diversas autoridades do MINAGRI lideradas pelo Vice-Ministro da Agricultura e Irrigação, pela Representante do BID no Peru e por membros da equipe de projeto do BID. As reuniões culminaram com êxito com a assinatura da

Ata de Cumprimento de Compromissos e Plano de Acompanhamento.

A presença ativa do MICI e o apoio de um perito local são fatores que têm favorecido as ações do MICI para estabelecer condições de confiança e diálogo, as quais, juntamente com a boa disposição das partes, resultaram em condições imprescindíveis para estabelecer um processo de diálogo orientado para resultados.

A partir da assinatura do acordo deu-se por concluída a etapa de diálogo e teve início o monitoramento do cumprimento dos acordos sob um Plano de Acompanhamento consensual pelas Partes e aprovado pela Diretoria Executiva do BID. Nesse Plano de Acompanhamento as Partes acordaram realizar reuniões bimestrais de uma Comissão de Acompanhamento da qual participam a AIDSEP, o MINAGRI e o BID com o apoio do MICI por meio da facilitação local.



Reconversão do Centro, Modernização do Transporte Público Metropolitano e Escritórios do Governo – Reclamação II

País: Paraguai

SITUAÇÃO ATUAL: Aberta

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 17 de maio de 2016

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-PR-2016-0101](#)

Número do projeto: PR-L1044

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 125.000.000

Sector: Transporte

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Esta operação de empréstimo com garantia visa à reabilitação e melhoria da infraestrutura urbana e de transporte de Assunção. Tem como objetivos principais: (1) a revitalização da zona central de Assunção, por meio da implantação de vias para pedestres e caminhos para bicicletas, renovação e constituição de parques, construção de obras de saneamento pluvial e esgoto e construção de um prédio para permitir ao Estado prestar serviços de atendimento ao público; e (2) o estabelecimento progressivo de um sistema de transporte integrado e eficiente para a mobilização ordenada, rápida e maciça da população entre o centro da cidade de San Lorenzo e o centro de Assunção. Em apoio a esse Projeto, o Banco aprovou a operação “FAPEP – Reconversão Centro, Modernização do Transporte Público e Escritórios do Governo” e uma cooperação técnica não reembolsável, a fim de financiar a elaboração de estudos complementares técnicos e socioambientais.

A Reclamação

Os Reclamantes, membros da Frente Cidadão de Assunção, afirmam que a construção do Metrobus

na cidade de Assunção gerará um impacto negativo nos residentes da capital da República do Paraguai que são usuários permanentes da Av. Eusebio Ayala, que não há transparência; que o Projeto carece de um desenho final e que não se realizou nenhum estudo de viabilidade técnico-econômica ou, se existir, desconhecem como ter acesso a ele.

O Processo de Gestão

Em janeiro de 2017 a Diretoria Executiva aprovou a realização da investigação que iniciou formalmente com a contratação dos peritos independentes [Ione Novoa Jezler](#) (Brasil) e [Guillermo Tejeiro](#) (Colômbia)

Como parte da investigação, o Painel constituído por Arantxa Villanueva como Presidente e pelos dois peritos visitaram a cidade de Assunção do 2 ao 6 de maio de 2017 para manter reuniões com os Reclamantes, funcionários do Banco e o Órgão Executor (Ministério de Obras Públicas e Transporte).

Embora se tenha previsto finalizar a investigação no quarto trimestre de 2017, foi necessário prorrogar o prazo para analisar documentação adicional recebida já nas etapas finais da investigação.

Programa Várzeas do Tietê

País: Brasil

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 28 de julho de 2016

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-BR-2016-0106](#)

Número do projeto: BR-L1216

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$115.700.000

Sector: Água e Saneamento

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto.

É uma operação de empréstimo com garantia soberana cujo propósito é recuperar a função ambiental e social das margens do Alto Rio Tietê, que é uma área de proteção ambiental (APA) de acordo com a Legislação Nacional, por meio de ações de proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas e de uma gestão integral desse importante espaço na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Entre as atividades do Programa prevê-se o reassentamento de aproximadamente 1.000 famílias.

A Reclamação.

Três cidadãos brasileiros residentes do Jardim Izildinha, Guarulhos, Brasil, mencionaram um dano potencial decorrente do reassentamento involuntário no âmbito do Programa e indicam não estarem em condições de aceitar a proposta habitacional oferecida por considerarem que a mesma não se enquadra no previsto no Plano Diretor de Reassentamento. Além disso, indicam que o projeto pode gerar danos ambientais.

O Processo de Gestão

Na etapa de Avaliação, a Administração pediu ao MICI uma suspensão temporária do processo conforme prevê a Política do MICI para atender às preocupações expressas na Reclamação por meio de um processo de mediação sem a participação ativa do MICI.

Como resultado disso, dois dos três Reclamantes assinaram acordos com o Órgão Executor mediante o qual foram criadas soluções habitacionais mutuamente aceitáveis referentes ao reassentamento involuntário daquilo a que estariam sujeitos. No entanto, o terceiro Reclamante não chegou a um acordo e na data de emissão do Memorando de Admissibilidade (fevereiro de 2017) carecia de uma solução habitacional.

A Reclamação foi determinada como inadmissível, já que a Política estabelece que se requeiram de dois ou mais Reclamantes para ativar o Mecanismo e este não seria o caso.

Projeto Hidrelétrico Reventazón (PHR)

País: Costa Rica

SITUAÇÃO ATUAL: Terminada

DATA DE RECEBIMENTO NO MICI: 16 de setembro de 2016

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-CR-2016-0110](#)

Número do projeto: CR-L1049

Outros projetos: CR-L1056, CR-T1074

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 250.000.000

Sector: Energia

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de um projeto que se compõe de diversas operações de empréstimo com e sem garantia soberana. Situado na bacia média do Rio Reventazón, na Província de Limón na Costa Rica, consiste no desenho, construção, operação e manutenção de uma planta hidrelétrica com uma capacidade instalada de 305,5 MW. O Projeto compreende a construção de uma barragem de 130 metros de altura e de uma represa de 6.9km², bem como de um túnel de desvio, casa de máquinas, subestações, linhas de transmissão e caminhos adjacentes. O Grupo BID participa no projeto por meio de cinco operações de financiamento: um financiamento com garantia soberana, um sem garantia soberana, duas cooperações técnicas e uma garantia.

A Reclamação

Apresentada por um grupo de proprietários de seis propriedades localizadas na cauda da represa do Projeto, afirma que na etapa de construção do Projeto foram levados a cabo trabalhos de extração de material na base de uma das ladeiras de sua propriedade, pondo em risco de desmoronamento a Lagoa Lancaster, zona úmida protegida localizada nos terrenos de sua propriedade. Além disso,

os Reclamantes manifestaram preocupação pelos impactos causados no “Subcorredor Biológico Barbilla Destierro”, passagem natural do jaguar e de outros felinos, devido a um conjunto de inconsistências na implementação das medidas de mitigação propostas. Ressaltaram também os riscos de poluição por não se ter removido toda a vegetação antes do enchimento da represa conforme estabelecido no Estudo de Impacto Ambiental e indicaram que já existem evidências de poluição da água. Finalmente, manifestaram que têm sofrido um preconceito econômico pelo processo de desapropriação de parte de sua propriedade agrícola. Os Reclamantes solicitaram ser considerados para uma verificação da observância e adicionalmente apresentaram Reclamações semelhantes perante os mecanismos do IFC e do BEI.

O Processo de Gestão

Após declarar admissível a Reclamação em dezembro de 2016, em junho de 2017 o MICI apresentou para a consideração da Diretoria Executiva sua Recomendação de realizar uma verificação da observância. A Diretoria Executiva instruiu ao MICI a não proceder à investigação, com o que se deu por concluído o trâmite da Reclamação.

Projeto Hidrelétrico Reventazón (PHR) – Reclamação II

País: Costa Rica

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 7 de dezembro de 2016

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-CR-2016-0112](#)

Número do projeto: CR-L1049

Outros projetos: CR-L1056, CR-T1074

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 250.000.000

Setor: Energia

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de um projeto que se compõe de diversas operações de empréstimo com e sem garantia soberana. Localizado na bacia média do Rio Reventazón, na Província de Limón na Costa Rica, consiste no desenho, construção, operação e manutenção de uma planta hidroelétrica com uma capacidade instalada de 305,5 MW. O Projeto compreende a construção de uma barragem de 130 metros de altura e de uma represa de 6,9km², bem como de um túnel de desvio, casa de máquinas, subestações, linhas de transmissão e caminhos adjacentes. O Grupo BID participa do PHR por meio de cinco operações de financiamento: um financiamento com garantia soberana, um sem garantia soberana, duas cooperações técnicas e uma garantia.

A Reclamação

Apresentada por uma família residente na zona de Siquirres, Costa Rica, menciona diversos danos econômicos e ambientais relacionados com a construção, operação e manutenção do Projeto, em particular: (1) dano econômico ligado ao processo de desapropria-

ção, o que – assim indicam – tem cortado o acesso às fontes de água da propriedade dos Reclamantes afetando suas atividades produtivas e qualidade de vida. Além disso, afirma que o processo de desapropriação não previu corretamente o valor das terras a preço de mercado; (2) dano ambiental ligado ao risco de colapso de zonas na propriedade dos Reclamantes que poderiam ter sido provocados ou incentivados pela extração de material das ladeiras do Rio Reventazón. Além disso, menciona um dano pela geração de gases de efeito estufa por não se ter retirado a vegetação antes do enchimento da represa do Projeto; (3) dano à biodiversidade da zona ligado ao risco de colapso das Lagunas Lancaster o que – assim alegam – poderia ocorrer como consequência dos trabalhos de extração realizados nas ladeiras próximas a essas zonas úmidas.

O Processo de Gestão.

A Reclamação foi declarada não admissível porque os Reclamantes não tinham dado oportunidade à Administração do Banco de responder às preocupações manifestadas

Programa de Infraestrutura Produtiva – Reclamação II

País: Haiti

SITUAÇÃO ATUAL: Aberta

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 12 de janeiro de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-HA-2017-0114](#)

Número do projeto: HA-L1055

Outros projetos: HA-L1076, HA-L1081

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 55.000.000

Setor: Desenvolvimento e Moradia Urbanos

Tipo de Projeto: Operação de Investimento não Reembolsável



O Projeto

Trata-se do financiamento por meio de diversas operações do investimento não reembolsável do BID para o desenvolvimento do norte do Haiti mediante a construção de obras de infraestrutura, em particular o Parque Industrial de Caracol (PIC), cujo objetivo é contribuir para a promoção do investimento privado e criação de novos empregos na região do nordeste, perto das comunas de Caracol, Limonade, Trou du Nord e Terrer Rouge.

A Reclamação

Apresentada pelo *Kolektif Peyzan Tè Chabe (Kolektif)* constituído por aproximadamente 410 famílias que cultivavam a terra no perímetro onde se localiza atualmente o PIC e representadas pelas organizações *Accountability Counsel*, *Action Aid Haiti* e AREDE, afirma que, por motivo da construção da cerca instalada em janeiro de 2011 para demarcar o perímetro a ser ocupado pelo PIC e sem aviso prévio, foi-lhes impedido o acesso aos lotes de terra que eram seu meio de subsistência. A Reclamação afirma que, após a notificação do perímetro, foi feita uma consulta inadequada a organizações que não as representavam e sobre

a qual não contavam com informações suficientes. Os Reclamantes indicam que os valores de compensação que eventualmente receberam não foram suficientes e que atualmente estão em condições precárias de subsistência. Entre as consequências sofridas pela perda de receita incluem a deserção escolar de seus filhos produto da incapacidade de pagar matrículas escolares, bem como dificuldades para garantir a segurança alimentar das suas famílias. Indicam que antes da instalação do PIC parte das colheitas que obtinham as utilizavam para consumo familiar. As mulheres afirmam estar particularmente expostas às consequências negativas sobre a estrutura familiar provocadas pelo deslocamento. Os Reclamantes vinculam esses danos a um potencial descumprimento das seguintes políticas operacionais: OP-710, OP-761, OP-703 e OP-102. Para o tratamento de sua petição, indicam sua preferência pelas duas Fases do processo MICI.

O Processo de Gestão.

Como parte do processo de análise da elegibilidade desta Reclamação, o MICI visitou a zona do Projeto para reunir-se com os Reclamantes, bem como a



capital Port-au-Prince para realizar reuniões com os funcionários do Governo haitiano e funcionários do BID no escritório de representação nesse país. Em 23 de março de 2017, a Reclamação foi declarada admissível e transferida à Fase de Consulta. Nos meses seguintes o MICI realizou um trabalho conjunto com as Partes (Reclamantes, Unidade Técnica Executora do Ministério de Finanças do Haiti e BID) para definir a agenda e metodologia do processo. Em 13 e 14 de outubro foi realizada a primeira rodada de diálogo estruturado entre as partes, no qual foram feitos cinco acordos relacionados diretamente com o processo de avaliação do Plano de Compensação. Este Plano, por política, está sendo levado a cabo pelo Órgão Executor. A segunda rodada de conversações teve lugar em 7 e 8 de dezembro de 2017.

Vários aspectos merecem ser ressaltados até o momento na tramitação deste caso, entre eles:

- Participação tanto da Administração do BID como dos Reclamantes e do Órgão Executor na elaboração de uma agenda e formato preliminar para as conversações. Esta tarefa é produto de inúmeras horas de diálogo com as Partes, no qual foram determinadas as características mínimas de um processo de consulta ou solução alternativa de controvérsias, seja por meio do diálogo, mediação, negociação ou outros métodos; e
- Abertura para assegurar o acesso a documentos e informação imprescindível para uma participação efetiva dos Reclamantes, inclusive traduções a crioulo haitiano, língua materna da comunidade afetada.

O processo de Fase de Consulta continuará em 2018, sendo junho a data prevista para conclusão desta etapa em conformidade com a Política.

Programa de Energia Hidrelétrica Alto Maipo

País: Chile

SITUAÇÃO ATUAL: Aberta

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 23 de janeiro de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-CH-2017-0115](#)

Número do projeto: CH-L1067

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 200.000.000

Sector: Energia

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto.

Trata-se de uma operação de empréstimo sem garantia soberana aprovada em outubro de 2013 para a construção, operação e manutenção de duas usinas hidrelétricas de passagem na zona de San José del Maipo, localizada aproximadamente a 48 km de Santiago do Chile. As centrais hidrelétricas teriam uma capacidade instalada de 531 MW e preveem captar a água das bacias de afluentes do rio Maipo e dos rios Yeso, Volcán e Colorado, para em seguida retorná-la ao rio Maipo por meio da construção de 70 kms de túneis na Cordilheira dos Andes.

O projeto conta também com financiamento da IFC, OPIC e outros bancos multilaterais.

A Reclamação.

Apresentada por vizinhos da zona que moram e trabalham principalmente na comuna de San José del Maipo, representados pela Coordenadora Cidadania em o Alto Maipo e pela organização Ecosistemas e com o acompanhamento do Centro Internacional de Direito Ambiental (CIEL), afirma que os Reclamantes sofrem danos em seu modo de vida e em sua situa-

ção econômica devido ao Projeto. Enfatizam que os impactos do Projeto não foram avaliados integralmente, nem foram propostas medidas de mitigação adequadas para atender aos impactos negativos sobre o meio ambiente e comunidades fronteiriças. No tocante à etapa de construção, os Reclamantes enfatizam os diversos danos que, segundo alegam, já estão sofrendo e que, segundo afirmam, têm impactado negativamente em sua forma de vida e em sua situação econômica e tem aumentado a insegurança para eles e suas famílias e que consideram como resultado de omissões no cumprimento da observância de normativas locais e das salvaguardas ambientais e sociais do Grupo BID. Em particular, dada a vocação turística da zona, indicam que a ausência de observância de acordos e compromissos de convivência têm acarretado reduções no número de visitantes à zona resultado do aumento do tráfego.

Além disso, mediante a Reclamação alegam possíveis danos ambientais vinculados à futura operação do Projeto, principalmente no que diz respeito a impactos adversos, à disponibilidade da água e ao caudal dos rios objeto do Projeto. Comentam que os



danos descritos teriam sido resultado do descumprimento, por parte do Banco, do estabelecido em diversas Políticas Operacionais e manifestam seu interesse em que o MICI leve a cabo uma verificação da observância a respeito das mesmas.

O Processo de Gestão.

O MICI recebeu a Reclamação em 23 de janeiro de 2017 e como parte da etapa de Avaliação realizou uma missão a Santiago do Chile e à zona do Cajón del Maipo. Essa visita foi realizada em conjunto com uma Delegação do Assessor em Cumprimento/Ombudsman (CAO), Mecanismo de Prestação de Contas da IFC, dado que os Reclamantes também apresenta-

ram um Reclamação junto a eles. Isso permitiu maior eficácia no uso dos recursos e proporcionar feedback produtivo entre Mecanismos de Prestação de Contas.

Em 1º de maio, o MICI determinou que a Reclamação era admissível e teve início o processo de análise do Reclamação sob a Fase de Verificação da Observância. O processo MICI requereu diversas prorrogações, uma vez que o Projeto entrou em default técnico no verão de 2017. No fim do ano, a versão preliminar de Recomendação para uma Verificação da Observância seria remetida aos Reclamantes e à Administração para comentários e esperava-se apresentar à consideração da Diretoria Executiva do BID no primeiro trimestre de 2018.

Projeto Hidrelétrico Reventazón (PHR) - Reclamação III

País: Costa Rica

Situação atual: Encerrada

Data de recebimento MICI: 14 de fevereiro de 2017

Cronologia e documentos públicos: [Registro Público MICI-BID-CR-2017-0116](#)

Número do projeto: CR-L1049

Outros projetos: CR-L1056, CR-T1074

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 250.000.000

Sector: Energia

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto.

Trata-se de um projeto que se compõe de diversas operações de empréstimo com e sem garantia soberana. Localizado na bacia média do Rio Reventazón, na Província de Limón na Costa Rica, consiste no desenho, construção, operação e manutenção de uma planta hidrelétrica com uma capacidade instalada de 305,5 MW. O Projeto compreende a construção de uma barragem de 130 metros de altura e de uma represa de 6.9km², bem como de um túnel de desvio, casa de máquinas, subestações, linhas de transmissão e caminhos adjacentes. O BID participa do PHR por meio de cinco operações de financiamento: um financiamento com garantia soberana, um sem garantia soberana, duas cooperações técnicas e uma garantia.

A Reclamação.

Foi apresentada por dois residentes de San Joaquín de Santa Marta em Siquirres, Costa Rica em representação de 70 famílias dessa comunidade. A Reclamação menciona dano potencial para a comunidade decorrente do mau estado em que está a rodovia de acesso a esse povoado cuja manuten-

ção teria sido acordada com o Órgão Executor do Projeto. Os Reclamantes informaram que o estado atual do caminho estaria pondo em risco a segurança de quem transita pela rodovia e também estaria afetando suas atividades de sustento complicando o transporte de produtos agrícolas, principal atividade econômica da comunidade.

Além disso, a Reclamação menciona danos decorrentes do aumento do desemprego proveniente da redução da produção agrícola das propriedades rurais fronteiriças à represa do Rio Reventazón as quais teriam sido desapropriadas total ou parcialmente. Além disso, alega-se que o projeto inicialmente proporcionou emprego a diversos membros da comunidade, mas que ao terminar sua construção esses teriam sido despedidos.

O Processo de Gestão.

A Reclamação não foi registrada, uma vez que ainda não se tinha estabelecido contato com a Administração do Banco. Os Reclamantes foram informados sobre a possibilidade de voltar ao MICI caso considerem que suas preocupações não foram atendidas em um prazo prudente.

Programa Multifase de Reabilitação de Trechos do Corredor Turístico do PPP

País: Honduras

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 17 de fevereiro de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-HO-2017-0117](#)

Número do projeto: HO-L1013

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 46.000.000

Setor: Transporte

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo

O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana aprovado pela Diretoria Executiva em 24 de outubro de 2007. O Programa tem por objetivo melhorar as condições de eficiência e segurança do corredor viário San Pedro Sula –Trujillo (CA-13) contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentado da Região Norte de Honduras. Em particular, os objetivos específicos consistem em possibilitar um trânsito fluido, seguro e previsível em qualquer estação do ano, com redução dos custos de transporte e os tempos de viagem, mediante uma melhoria da capacidade e reabilitação da principal rota que conecta o centro comercial do país com a zona do Caribe hondurenho.

A Reclamação

Os Reclamantes, os quais solicitaram confidencialidade, alegam danos a seu patrimônio ligados ao processo de desapropriação para a construção de uma rua que faz parte do projeto. Na Reclamação especifica-se que até o momento de contatar o MICI não tinham recebido nenhuma indenização pelo valor das propriedades desapropriadas.

O Processo de Gestão

O MICI notificou os Reclamantes que sua Reclamação não seria registrada, dado que o último desembolso da operação de referência tinha sido feito em maio de 2014, mais de 24 meses antes da data de apresentação da Reclamação, motivo pelo qual se aplicaria uma das exclusões estabelecidas na Política do MICI.

Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte – Reclamação V

País: Brasil

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO NO MICI: 15 de março de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-BR-2017-0118](#)

Número do projeto: BR-L1296

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 400.000.000

Setor: Transporte

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Uma operação de empréstimo com garantia soberana aprovada em 8 de novembro de 2011 para a implantação do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas da Cidade de São Paulo. As atividades do projeto incluem: (1) engenharia e administração; (2) obras civis e sua supervisão; (3) fortalecimento institucional; e (4) viabilidade socioambiental. O Rodoanel transformará o sistema de transporte e logística metropolitano da configuração radial vigente para uma radial-anular ajudando a: redistribuir a circulação dos veículos de carga e passageiros provenientes de outras regiões do Brasil e países vizinhos e com destino aos mesmos; melhorar o acesso aos dois maiores centros de conexão internacional do país (o porto de Santos e o aeroporto de Guarulhos); descentralizar espacialmente a atividade logística na região metropolitana de São Paulo e melhorar as condições de distribuição reduzindo o tempo de viagem, custos operacionais veiculares e acidentes de trânsito, bem como melhorando a qualidade do ar e das condições de vida da população.

A Reclamação

Trata-se da reativação da Reclamação número MICI-BID-BR-2016-0109, apresentada por três cidadãos brasileiros que residem em uma urbanização denominada Jardim Itatinga, na periferia de São Paulo, Brasil, os quais estão sendo representados junto ao MICI por seu advogado. Na Reclamação alegam prejuízos na qualidade de vida pela proximidade de seus imóveis das obras de construção de uma das seções do Rodoanel Mário Covas. Os Reclamantes advertem que sua propriedade deveria ter sido considerada como admissível para desapropriação de acordo com o Plano de Reassentamento antes do início da construção do Projeto e que, por não ter sido, estiveram expostos diariamente à alta contaminação auditiva (consequência das explosões das obras), má qualidade do ar (devido às partículas suspensas e produtos químicos utilizados), bem como fortes vibrações causadas pela passagem da maquinaria e equipes necessárias para as obras.

O Processo de Gestão

Na etapa de Avaliação os Reclamantes decidiram retirar a Reclamação a fim de explorar alternativas de solução, pelo qual o MICI concluiu o processo por falta de matéria.

Programa Várzeas do Tietê – Reclamação IV

País: Brasil

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 15 de junho de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-BR-2017-0119](#)

Número do projeto: BR-L1216

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 115.700.000

Setor: Água e Saneamento

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana que se destina a recuperar a função ambiental e social das margens do Alto Rio Tietê: uma área de proteção ambiental (APA) de acordo com a Legislação Nacional, por meio de ações de proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas e gestão integral desse importante espaço na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Entre as atividades do Programa prevê-se o reassentamento de aproximadamente 1.000 famílias.

A Reclamação

Apresentada por um grupo de Reclamantes residentes do Jardim Izildinha, Guarulhos, Brasil; é uma reativação da Reclamação número MICI-BID-

BR-2016-0106. Em particular, os Reclamantes propõem danos potenciais decorrentes do reassentamento involuntário no Programa e o possível descumprimento de acordos alcançados em um processo de negociação realizado pelo Banco e pelo Órgão Executor com os Reclamantes e do qual o MICI participou unicamente como observador e que ocorreu no âmbito da Reclamação MICI-BID-BR-2016-0106.

O Processo de Gestão.

Em 21 de junho de 2017 o MICI outorgou uma prorrogação de 10 dias úteis a fim de que os Reclamantes completaram as informações requeridas para o registro da Reclamação. Por não receber as informações requeridas, a Reclamação não foi registrada terminando sua tramitação.

Perimetral Oriental de Bogotá Associação Público-Privada

País: Colômbia

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 20 de junho de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-CO-2017-0120](#)

Número do projeto: CO-L1159

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 115.700.000

Setor: Água e Saneamento

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo

O Projeto

Trata-se de uma operação aprovada sob o guichê do setor privado do BID, atualmente sob a direção do BID Invest. Consiste de uma rede de rodovias de 154 km adjudicada à Parceria Público-Privada entre a Agência Nacional de Infraestrutura ("ANI") e a Concessionária Perimetral Oriental de Bogotá SAS. O Projeto tem os seguintes objetivos: 1) melhorar a conectividade e desenvolver um novo eixo viário norte-sul no setor oriental de Bogotá, a fim de propor uma alternativa de mobilidade com tempo de viagem mais curto entre os departamentos de Meta, Cundinamarca e Boyacá, bem como para a área metropolitana de Bogotá, beneficiando uma população total de aproximadamente 300.000 habitantes dos arredores do Projeto; 2) reduzir o consumo de combustível e, portanto, as emissões de gases de efeito estufa associadas com a diminuição da congestão de tráfego na área metropolitana de Bogotá; e 3) a criação direta e

indireta de empregos na etapa de construção e operação do projeto.

A Reclamação

Apresentada por um grupo de residentes das comunidades de La Calera, Choachí, Ubaque e Caqueza, localizadas no Departamento de Cundinamarca, Colômbia, menciona prejuízo à sua qualidade de vida relacionada com danos ambientais e patrimoniais que, assim afirmam, estariam ligados à construção da rua ou corredor viário que faz parte do Projeto.

O Processo de Gestão

Em 26 de junho de 2017 o MICI outorgou aos Reclamantes um prazo de 10 dias úteis para completar a informação requerida. Ao término desse período, dado que não se recebeu a informação adicional solicitada, o processo administrativo do MICI foi dado por concluído.

Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo - Reclamação II

País: Chile

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 5 de julho de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BIC-CH-2017-0121](#)

Número do projeto: CH-L1067

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 200.000.000

Setor: Energia

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo

O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo sem garantia soberana aprovada em outubro de 2013 para a construção, operação e manutenção de duas usinas hidrelétricas fluviais na zona de São José do Maipo, localizada aproximadamente a 48 km de Santiago do Chile. As centrais hidroelétricas teriam uma capacidade instalada de 531 MW e preveem captar a água das bacias de afluentes do rio Maipo, dos rios Yeso, Volcán e Colorado, para em seguida retorná-la ao rio Maipo por meio da construção de 70 kms de túneis na Cordilheira dos Andes. O projeto conta também com financiamento do IFC, OPIC e outros bancos multilaterais.

A Reclamação

Apresentada por um residente da Comuna de San José del Maipo, que pediu a confidencialidade de sua identidade por temor a represálias, assinala temas de assédio sexual no âmbito trabalhista.

O Processo de Gestão

A Reclamação não foi registrada por se tratar de temas fora do âmbito de ação do MICI e não cumprir o requisito de ser apresentada por duas ou mais pessoas.

Grupo Corporativo Papelera S.A. de C.V.

País: México

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 25 de julho de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-CII-ME-2017-0122](#)

Número do projeto: ME4024A-01

Categoria ambiental: III

Financiamento do BID INVEST: US\$ 14.000.000

Setor: Madeira, Polpa e Papel

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo

O Projeto

Trata-se de uma operação aprovada em 25 de junho de 2013 pela Diretoria Executiva da CII. Consiste na concessão de um financiamento à empresa Grupo Corporativo Papelera S.A. de C.V. que se dedica à fabricação e transformação de papel sanitário para a aquisição e posta em operação de uma planta de fabricação de papel.

A Reclamação

Em 25 de julho dois residentes da Cidade do México apresentaram a Reclamação declarando falta de informação pública sobre aspectos ambientais e sociais vinculados à operação. Os

Reclamantes alegavam que, devido à falta de informação, desconhecem se poderiam estar expostos a poluentes e dejetos perigosos provenientes da produção de papel, o que seria prejudicial à sua saúde. Além disso, solicitavam ao MICI que lhes proporcionasse toda a informação ambiental e social do Projeto que fosse de natureza pública.

O Processo de Gestão

A Reclamação não foi registrada, uma vez que teria sido recebida mais de 24 meses depois do último desembolso da operação que ocorreu em abril de 2015.

Programa Margens do Rio Tietê – Reclamação V

País: Brasil

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 25 de julho de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-BR-2017-0123](#)

Número do projeto: BR-L1216

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 115.700.000

Setor: Água e Saneamento

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana cujo propósito é recuperar a função ambiental e social das margens do Alto Rio Tietê, que é uma área de proteção ambiental (APA) de acordo com a Legislação Nacional, por meio de ações de proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas e de uma gestão integral desse importante espaço na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Dentro das atividades do Programa prevê-se o reassentamento de aproximadamente 1.000 famílias.

A Reclamação

A Reclamação foi apresentada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo em representação de um grupo de residentes da cidade de Guarulhos, Brasil. Nela mencionam-se danos po-

tenciais relacionados ao componente de reassentamento do Programa, citando prejuízos ao patrimônio e às condições de vida das famílias reassentadas, impacto no tecido social da zona e falta de consultas públicas relacionadas ao tema habitacional com pessoas potencialmente afetadas. Além disso, a Reclamação inclui um pedido ao MICI de entrega da informação sobre o Programa e do detalhe do crédito por parte do BID ao Governo de São Paulo.

O Processo de Gestão

Por não dispor de toda a informação requerida para seu registro, foi concedida uma prorrogação de 10 dias úteis para os Reclamantes enviarem informação adicional. Como no final desse prazo o MICI ainda não tinha recebido a informação requerida, procedeu-se a concluir o processo.

Programa de Proteção e Recuperação do Patrimônio Cultural

País: Equador

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 26 de julho de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-2017-0124](#)

Número do projeto: EC-L1097

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 37.840.000

Setor: Desenvolvimento e Moradia Urbanos

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo

O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana cujo objetivo é contribuir para melhorar o estado de conservação dos Bens Culturais e Patrimoniais (BCP) no Equador. Neste sentido, visa a aumentar o conhecimento disponível sobre os mesmos por meio de seu registro e sistematização no Sistema Nacional de Bens Culturais e Patrimoniais (SNBCP), além de gerar modelos efetivos de valorização dos BCP que possam ser aplicados para futuras intervenções; e finalmente fortalecer a capacidade do Ministério da Coordenação do Patrimônio para cumprir sua missão de maneira eficaz.

A Reclamação

Apresentada por dois residentes na Cidade do México propõe a falta de informação pública so-

bre aspectos ambientais e sociais, cujas consequências poderiam ser não saber se poderiam estar expostos a poluentes e dejetos perigosos que, transportados por via aérea ou fluvial, poderiam ocasionar danos à sua saúde. Ante o exposto, solicita-se na Reclamação que o MICI proporcione toda a informação pública de natureza ambiental e social relacionada ao Programa.

O Processo de Gestão

O MICI notificou aos Reclamantes sobre o não registro da sua Reclamação por carecer de fundamento. Neste caso em particular, o MICI considera que as alegações de dano propostas não podiam vincular-se ao Projeto. Além disso, os Reclamantes não eram residentes do país onde se implementa a operação, o que é um dos requisitos estabelecidos na Política.

Projeto Hidrelétrico Reventazón - Reclamação IV

País: Costa Rica

SITUAÇÃO ATUAL: Aberta

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 7 de agosto de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-CR-2017-0125](#)

Número do projeto: CR-L1049

Outros projetos: CR-L1056, CR-T1074

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 250.000.000

Setor: Energia

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de um projeto que se compõe de diversas operações de empréstimo com e sem garantia soberana. Localizado na bacia média do Rio Reventazón, na Província de Limón na Costa Rica, consiste no desenho, construção, operação e manutenção de uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 305,5 MW. O Projeto inclui a construção de uma barragem de 130 metros de altura e de uma represa de 6.9km2, bem como de um túnel de desvio, casa de máquinas, subestações, linhas de transmissão e caminhos adjacentes. O Grupo BID participa do Projeto por meio de cinco operações de financiamento: um financiamento com garantia soberana, um sem garantia soberana, duas cooperações técnicas e uma garantia.

A Reclamação

O MICI recebeu uma quarta Reclamação vinculada ao Projeto, a saber, uma reativação da Reclamação número MICI-BID-CR-2016-0112, declarada não admissível devido ao fato de os Reclamantes não terem tido contato prévio com a Administração do Banco. Novamente, os três residentes de

San Joaquin de Siquirres, Costa Rica, apresentam alegações relacionadas com danos econômicos decorrentes do processo de desapropriação de uma área de sua propriedade que teria cortado o acesso ao sistema de abastecimento de água, utilizado principalmente para consumo do gado leiteiro. Além disso, os Reclamantes informaram ao MICI que tiveram contato com a Administração do Banco, a qual realizou um estudo em sua propriedade para verificar suas alegações; não obstante, indicam que depois de diversos meses não tinham recebido mais informação a respeito, pelo qual decidiram regressar ao Mecanismo.

O Processo de Gestão

Na etapa de Registro-Avaliação o MICI foi informado pelos Reclamantes e pela Administração do BID que tinham iniciado conversações para atender às preocupações apresentadas na Reclamação e solicitavam ao MICI a prorrogação da data de determinação da Elegibilidade. A data para emitir o Memorando de Determinação de Elegibilidade foi fixada para 1º de fevereiro de 2018.

Estabelecimento Cadastral e Consolidação Certeza Jurídica Áreas Protegidas

País: Guatemala

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 14 de agosto de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-GU-2017-0126](#)

Número do projeto: GU-L1014

Categoria ambiental: C

Financiamento do BID: US\$ 22.000.000

Setor: Meio Ambiente e Desastres Naturais

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo

O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana que se destina a levar a cabo o cadastro físico de Áreas Protegidas que permitirá proporcionar a certeza jurídica e geográfica das áreas de gestão nacional que compõem o Sistema Guatemalteco de Áreas Protegidas (SIGAP), contribuindo assim para a administração efetiva do SIGAP em benefício de todos os habitantes da Guatemala.

A Reclamação

Foi apresentada por um grupo de comunidades, as quais pediram confidencialidade de sua identidade por temor a represálias. Os Reclamantes propõem que o cadastro e medição de áreas que

fazem parte do Projeto estariam causando danos ao seu patrimônio e atividades de sustento ao vulnerar seus direitos à propriedade, uso dos territórios comunitários e acesso a recursos naturais. Além disso, os Reclamantes advertem a respeito da falta de consulta e/ou de programas de comunicação social sobre os benefícios e prejuízos que teria o processo de titulação de terras para as comunidades.

O Processo de Gestão

Dado que os Reclamantes ainda não tinham entabulado contato com a Administração e estavam dispostos a fazê-lo, o MICI canalizou a Reclamação à Administração do Banco e deu por concluído o processamento.

Projeto Hidrelétrico Reventazón Reclamação V

País: Costa Rica

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 19 de outubro de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-CR-2017-0127](#)

Número do projeto: CR-L1049

Outros projetos: CR-L1056, CR-T1074

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: US\$ 250.000.000

Setor: Energia

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo



O Projeto

Trata-se de um projeto que se compõe de diversas operações de empréstimo com e sem garantia soberana. Localizado na bacia média do Rio Reventazón, na Província de Limón na Costa Rica, consiste no desenho, construção, operação e manutenção de uma planta hidrelétrica com uma capacidade instalada de 305,5 MW. O Projeto compreende a construção de uma barragem de 130 metros de altura e de uma represa de 6.9km², bem como de um túnel de desvio, casa de máquinas, subestações, linhas de transmissão e caminhos adjacentes. O Grupo BID participa do Projeto por meio de cinco operações de financiamento: um financiamento com garantia soberana, um sem garantia soberana, duas cooperações técnicas e uma garantia.

A Reclamação

Apresentada por sete residentes de San Joaquín de Santa Marta em Siquirres, Costa Rica, em representação de 70 famílias dessa comunidade, é uma reativação da Reclamação MICI-BID-CR-2017-0116

recebida no início de 2017 e que não tinha sido registrada para permitir que os Reclamantes e a Administração tivessem um primeiro contato para tentar resolver as preocupações. Os Reclamantes regressaram ao MICI por considerarem que persistiam suas preocupações. A Reclamação diz respeito a um dano potencial para a comunidade decorrente do mau estado da rodovia de acesso a esse povoado e cuja manutenção teria sido acordada com o Órgão Executor do projeto. Os Reclamantes informaram que o estado atual da estrada estaria pondo em risco a segurança de quem transita pela rodovia e também estaria prejudicando suas atividades de sustento, complicando o transporte de produtos agrícolas, principal atividade econômica da comunidade.

O Processo de Gestão

A Reclamação não foi registrada, uma vez que o MICI não encontrou vinculação entre o dano alegado e uma obrigação ou omissão do Banco no âmbito das operações de financiamento do Projeto.

Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos

País: Brasil

SITUAÇÃO ATUAL: Encerrada

DATA DE RECEBIMENTO MICI: 11 de dezembro de 2017

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS PÚBLICOS: [Registro Público MICI-BID-BR-2017-0128](#)

Número do projeto: BR-L1160

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: US\$ 85.672.400

Setor: Desenvolvimento e Moradia Urbanos

Tipo de Projeto: Operação de Empréstimo

O Projeto

Trata-se de uma operação de empréstimo com garantia soberana que visa a aumentar a eficiência econômica do município e garantir a sustentabilidade da qualidade de vida. O objetivo do Programa é contribuir para a estruturação e ordenamento do desenvolvimento urbano do Município de São José dos Campos, por meio de um conjunto de projetos ambientais, de infraestrutura urbana, de gestão de transporte e de fortalecimento institucional.

A Reclamação

Apresentada por 11 residentes da comunidade Vila Corinthians, menciona possíveis danos ao patrimônio dos Reclamantes causados pelos múltiplos transbordamentos do rio Córrego Cambuí.

Os Reclamantes manifestaram sua preocupação a respeito da ausência de um estudo de drenagem. Além disso, consideram que causaria danos decorrentes da falta de obras complementares que, em sua perspectiva, deveriam realizar-se antes do início das obras do corredor rodoviário Cambuí que faz parte do Programa. Além disso, a Reclamação menciona a preocupação pelo impacto ambiental que poderia causar a canalização do mesmo rio.

O Processo de Gestão.

Dado que os Reclamantes não tinham entrado ainda em contato com a Administração e estavam dispostos a fazê-lo, o MICI canalizou a Reclamação à Administração do Banco e deu por concluído o processamento.



UMA PERSPECTIVA
PARA 2018

| UMA PERSPECTIVA PARA 2018



A razão de ser do MICI está, sem dúvida, alinhada à missão do Grupo BID de melhorar a vida da população da Região da América Latina e do Caribe (LAC) dispensando atenção a comunidades afetadas que recorrem ao Mecanismo. Sem deixar isso de lado, a experiência do MICI também deve ser utilizada para gerar conhecimento no interior do Grupo e promover o uso do mesmo no desenho, acesso e supervisão de operações futuras.

Neste sentido o MICI une às suas tarefas em 2018 um programa de Reflexões Institucionais, o qual, por meio de notas técnicas, compartilhará a experiência de oito anos de gestão de reivindicações.

MICI REFLEÇÕES

Além disso, em 2018 trabalhará intensamente no relacionamento com atores internos e externos para uma melhor compreensão do trabalho do Mecanismo, bem como dos resultados e produtos com que contribui para o Grupo BID e para o financiamento ao desenvolvimento.



| ANEXOS

ANEXO 1. ORÇAMENTO 2017

ORÇAMENTO APROVADO E EXECUTADO PARA 2017

Cifras em dólares americanos

Rubricas orçamentárias 2017	BID	CII	Total
Salários	\$1.230.304	-	\$1.230.304
Gestão de Reclamações	\$1.121.130	\$89.000	\$1.210.130
Divulgação e Aprendizagem	\$152.800	\$93.000	\$245.800
Fortalecimento Institucional	\$20.000	-	\$20.000
Total Orçamento Aprovado	\$2.524.234	\$182.000	\$2.706.234
Fundo de Contingência	\$50.000	\$20.000	\$70.000
Total Orçamento Aprovado + Fundo de Contingência	\$2.574.234	\$202.000	\$2.776.234
EXECUÇÃO 2017			
Total Executado	\$2.287.689	\$148.000	\$2.435.689
Fundo de Contingência Executado	-	-	-
Total Executado + Fundo de Contingência Executado	\$2.287.689	\$148.000	\$2.435.689

ANEXO 2. DIVULGAÇÃO EM 2017

DIVULGAÇÃO EXTERNA 2017

Mês	Evento	Lugar
Fevereiro	Workshop Acadêmico sobre Mecanismos Independentes de Prestação de Contas, Universidade de Milão	Milão, Itália
Abril	Conferência Anual da Associação Internacional para a Avaliação de Impacto Ambiental (IAIA)	Montreal, Canadá
	Diálogo com organizações da sociedade civil	Washington, D.C., EUA
Junho	Sessão com organizações da sociedade civil no âmbito das Reuniões de Primavera do Banco Mundial	Washington, D.C., EUA
	Workshop de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas com Organizações da Sociedade Civil	Cidade da Guatemala, Guatemala
	Fórum de Intercâmbio em Sustentabilidade da Corporação Financeira Internacional	Cartagena, Colômbia
Agosto	Diálogo com Grupos Consultivos da Sociedade Civil do Haiti	Vídeoconferência
	14ª. Reunião Anual dos Mecanismos Independentes de Prestação de Contas.	Tessalônica, Grécia
Outubro	Apresentação à sociedade sivil no âmbito da 14a. Reunião Anual dos Mecanismos Independentes de Prestação de Contas.	Washington, D.C., EUA
	Sessão com organizações de sociedade civil no âmbito das Reuniões de Primavera do Banco Mundial.	Washington, D.C., EUA
Novembro	IX Fórum Regional de Diálogo Construtivo na América Latina - Universidade Xavieriana	Bogotá, Colômbia
	Encontro de Recursos Naturais, Território e Democracia no âmbito do Nono Fórum Regional de Diálogo Construtivo	Bogotá, Colômbia
	Fórum virtual - Banco multilateral motor de desenvolvimento?	Regional
	Workshop de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas e Sociedade Civil no âmbito do Fórum das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos	Genebra, Suíça
	Diálogo com a Sociedade Civil sobre Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru	Washington, D.C. EUA

DIVULGAÇÃO INTERNA 2017

Mês	Evento
Janeiro	Apresentação ao pessoal da Divisão de Água e Saneamento
Março	1º Seminário de Orientação para Novos Funcionários e Membros da Diretoria Executiva, Suplentes e Conselheiros do BID e do BID Invest
Junho	Apresentação ao pessoal da Divisão de Moradia e Desenvolvimento Urbano e da Unidade de Salvaguardas Sociais e Ambientais 2º Seminário de Orientação para Novos Funcionários e Membros da Diretoria Executiva, Suplentes e Conselheiros do BID e do BID Invest
Julho	Reunião Técnica Conjunta das Diretorias Executivas do BID e do BID Invest Apresentação ao pessoal do Escritório de Documentos e Traduções da Secretaria
Setembro	Apresentação ao pessoal do Escritório de Relações Exteriores Workshop Indução Diretores Executivos e Conselheiros
Outubro	3º Seminário de Orientação para Novos Funcionários e Membros da Diretoria Executiva, Suplentes e Conselheiros do BID e do BID Invest

ANEXO 3.
RECLAMAÇÕES RECEBIDAS 2010- 2017

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
2017	MICI-BID-BR-2017-0128	Brasil. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos (BR-L1160)	Dezembro de 2017	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BID-CR-2017-0127	Costa Rica. Projeto Hidroelétrico Reventazón - Pedido V (CR-L1049) (CR-L1049)	Outubro de 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 (b)
	MICI-BID-GU-2017-0126	Guatemala. Estabelecimento Cadastral e Consolidação Certeza Jurídica Áreas Protegidas (GU-L1014)	Agosto de 2017	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BID-CR-2017-0125	Costa Rica. Projeto Hidrelétrico Reventazón - Reclamação IV (CR-L1049)	Agosto de 2017	Admissível Fase de Consulta	Aberta Em processo
	MICI-BID-EC-2017-0124	Equador. Programa de Proteção e Recuperação do Patrimônio Cultural (EC-L1097)	Julho de 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 (b)
	MICI-BID-BR-2017-0123	Brasil. Programa Margens do Tietê - Reclamação V (BR-L1216)	Julho de 2017	Não registrada	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação
	MICI-CII-ME-2017-0122	México. Grupo Corporativo Papelera S.A. de C.V. (ME4024A-01)	Julho de 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 (f)
	MICI-BID-CH-2017-0121	Chile. Projeto de Energia Hidroelétrica Alto Maipo (CH-L1067)	Julho de 2017	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à Administração
	MICI-BID-CO-2017-0120	Colômbia. Perimetral Oriental de Bogotá Associação Público Privada (CO-L1159)	Junho de 2017	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
	MICI-BID-BR-2017-0119	Brasil. Programa Margens do Tietê - Reclamação IV (BR-L1216)	Junho de 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 (c)

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
	MICI-BID-BR-2017-0118	Brasil. Projeto Rodoanel Mario Covas - Trecho Norte - Reclamação V (BR-L1296)	Março de 2017	Não admissível	Encerrada Reclamantes retiraram a reivindicação
	MICI-BID-HO-2017-0117	Honduras. Programa Multifase de Reabilitação de Trechos do Corredor Turístico do PPP (HO-L1013)	Fevereiro de 2017	Não registrada	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 (f)
	MICI-BID-CR-2017-0116	Costa Rica. Projeto Hidrelétrico Reventazón - Solicitud III (CR-L1049)	Fevereiro de 2017	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BID-CH-2017-0115	Chile. Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo (CH-L1067)	Janeiro de 2017	Admissível Fase de Verificação da Observância	Aberta Em processo
	MICI-BID-HA-2017-0114	Haiti. Programa de Infraestrutura Produtiva - Solicitud II (HA-L1076)	Janeiro de 2017	Admissível Fase de Consulta	Aberta Em processo
	MICI-BID-PE-2017-0113	Peru. Adaptação à Mudança Climática do Setor Pesqueiro e do Ecossistema Marino-Coste (PE-G1001)	Dezembro de 2016	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Aquisições
July-05	MICI-BID-CR-2016-0112	Costa Rica. Programa de Desenvolvimento Elétrico 2012-2016 (Projeto Hidrelétrico Reventazon) (CR-L1049) (CR-L1049)	Dezembro de 2016	Inadmissível	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BID-BR-2016-0111	Brasil. Programa Margens do Tietê (BR-L1216)	Novembro de 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
	MICI-BID-CR-2016-0110	Costa Rica. Programa de Desenvolvimento Elétrico 2012-2016 (Projeto Hidrelétrico Reventazon) (CR-L1049)	Setembro de 2016	Admissível Verificação da Observância	Encerrada Investigação não aprovada
	MICI-BID-BR-2016-0109	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas - Trecho Norte (BR-L1296)	Agosto de 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
	MICI-BID-BR-2016-0108	Brasil. Plataforma Alternativo de Microseguro no Brasil (BR-M1138)	Agosto de 2016	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Ética

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
	MICI-BID-BR-2016-0107	Brasil. Programa Margens do Tietê (BR-L1216)	Julho de 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
	MICI-BID-BR-2016-0106	Brasil. Programa Margens do Tietê (BR-L1216)	Julho de 2016	registrada Inadmissível	Encerrada
	MICI-BID-BR-2016-0105	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas - Trecho Norte (BR-L1296)	Junho de 2016	Não registrada	Encerrada Reclamante retirou a reivindicação
	MICI-BID-AR-2016-0104	Argentina. Programa de desenvolvimento das provincias do Norte Grande: Infraestrutura de AP&S (AR-L1136)	Maio de 2016	registrada Inadmissível	Encerrada Não relativo à operação do BID
	MICI-BID-CO-2016-0103	Colômbia. Ampliação da Usina de Tratamento de Águas Salitre - Cortijo	Maio de 2016	Não registrada	Encerrada Não relativo à operação do BID
	MICI-BID-CH-2016-0102	Chile. Santiago-Valparaiso-Viña Rodovia Pedágio (Garantia) (CH0167)	Maio de 2016	registrada Inadmissível	Encerrada Não há evidência de esforços para contatar a Administração
	MICI-BID-PR-2016-0101	Paraguai. Reconversão Centro, Moderno. Transporte Público Metropolitano e Oficinas Gob (PR-L1044)	Maio de 2016	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Aberta
	MICI-PE-2016-0100	Peru. Apoio política gestão risco de desastres (PE-T1228)	Março de 2016	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
	MICI-PR-2016-0099	Paraguai. Reconversão Centro, Moderno. Transporte Público Metropolitano e Escritórios Gov. (PR-L1044)	Março de 2016	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
	MICI-PE-2016-0098	Peru. Apoio política gestão risco de desastres (PE-T1228)	Fevereiro de 2016	Não registrada	Não cabe ao mandato do MICI. Transferida ao Escritório de Aquisições
	MICI-AR-2016-0097	Argentina. Programa de desenvolvimento das provincias do Norte Grande (AR-L1136)	Fevereiro de 2016	Registrada Inadmissível	Encerrada Aposentado pelo Solicitante

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
July-05	MICI-CO-2015-096	Colômbia. Central Hidrelétrica Porce III (CO-L1005)	Novembro de 2015	Registrada Inadmissível	Encerrada Aplica-se a exclusão 19 (f)
	MICI-AU-2015-095	Paraguai. Reconversão Centro, Moderno. Transporte Público Metropolitano e Escritórios Gov. (PR-L1044)	Setembro de 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Não relacionada a uma operação
	MICI-PE-2015-094	Peru. Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru - Terceira Fase (PRT3) (PE-L1026)	Agosto de 2015	Admissível Consulta	Aberta Monitoramento
	MICI-BR-2015-093	Brasil. Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Blumenau (BR-L1272)	Agosto de 2015	Registrada Inadmissível	Encerrada Não existe vínculo entre dano e operação
	MICI-ES-2015-092	El Salvador. Programa de Apoio ao Desenv. Produtivo para a Inserção Internacional (ES-L1057)	Julho de 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Aquisições
	MICI-CO-2015-091	Colômbia. Bayport Colômbia: Inclusão Financeira para Funcionários Públicos da BdeP (CO-L1147)	Julho de 2015	Registrada Inadmissível	Encerrada Não existe vínculo entre dano e operação Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BR-2015-090	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas - Trecho Norte - Reclamação II (BR-L1296)	Abril de 2015	Não registrada	Encerrada Informação não completada após período de 10 dias úteis
	MICI-HA-2015-089	Haiti. Programa de Infraestrutura Produtiva III (HA-L1091)	Fevereiro de 2015	Não registrada	Encerrada Informação insuficiente para análise
	MICI-BR-2015-088	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas - Trecho Norte (BR-L1296)	Fevereiro de 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
	MICI-SU-2015-087	Suriname. Apoio para Melhorar a Sustentabilidade do Serviço Elétrico (SU-L1009)	Fevereiro de 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Aquisições

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
July-05	MICI-PR-2015-086	Paraguai. Apoio ao Sistema de Transmissão no Paraguai (PR-L1058)	Janeiro de 2015	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
	MICI-CO-2015-085	Colômbia. Programa de Sistemas Estratégicos de Transporte Público (SETP) (CO-L1091)	Janeiro de 2015	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-AR-2014-084	Argentina. Programa de Gestão de Resíduos Sólidos em Municípios Turísticos (AR-L1025)	Dezembro de 2014	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido ao Escritório de Integridade Institucional (OII)
	MICI-BR-2014-083	Brasil. Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (PROMABEN)	Setembro de 2014	Não registrada	Encerrada
	MICI-BR-2014-082	Brasil. Programa de Desenv. Urbano e Social Integrado de Aracaju.	Agosto de 2014	Não registrada	Encerrada
	MICI-AR-2014-081	Argentina. Programa de Segurança e Mobilidade Urbana (AR-L1166)	Agosto de 2014	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-ME-2014-080	México. Etileno XXI (ME-L1110)	Abril de 2014	Fase de Consulta	Encerrada
	MICI-BO-2014-079	Bolívia. Programa de Drenagem Pluvial de La Paz (BO-L1028)	Março de 2014	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Aberta
	MICI-BR-2014-078	Brasil. Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Blumenau (BR-L1272)	Março de 2014	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-HO-2014-077	Honduras. Empréstimo a Corporação Dinant S.A. de C.V.	Janeiro de 2014	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à CII
July-05	MICI-BR-2013-076	Brasil. Drenagem, Saneamento e Vias, Água e Esgoto nas Zonas Baixas de Belém (BR0055)	Dezembro de 2013	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-GU-2013-075	Guatemala. Desenvolvimento Econômico na Zona Rural	Dezembro de 2013	Não registrada	Encerrada O Solicitante pediu que o processo fosse detido, uma vez que está em conversa com a Administração

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
	MICI-GY-2013-074	Guiana. Manejo de Dejetos Sólidos -- Georgetown	Dezembro de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-ME-2013-073	México. Etileno XXI	Novembro de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-TT-2013-072	Trinidad e Tobago. Licitação de sistemas EDMS	Novembro de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-CO-2013-071	Colômbia. Distrito de Barranquilla - Melhoramento Integral de Bairros	Novembro de 2013	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-AR-2013-070	Argentina. Programa de Gestão Urbano Ambiental Sustentável da Bacia do Rio Reconquista-Província de Buenos Aires (AR-L1121)	Outubro de 2013	Consulta	Encerrada
	MICI-SU-2013-069	Suriname. Apoio ao Desenv. Sustentável do Interior (SU-T1026)	Outubro de 2013	Consulta	Encerrada
	MICI-BR-2013-068	Brasil. Programa de Mobilidade Sustentável em Blumenau (BR-L1271)	Agosto de 2013	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-EC-2013-067	Equador. Modernização do Sistema Nacional de Registro Civil, Identificação e Carteira de Identidade	Agosto de 2013	Não registrada	Encerrada Pedido de informação. Transferida ao Centro de Informação Pública
	MICI-AR-2013-066	Argentina. Programa de Gestão de Resíduos Sólidos em Municípios Turísticos	Agosto de 2013	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-AR-2013-065	Argentina. Programa de Gestão Urbano Ambiental Sustentável da Bacia do Rio Reconquista	Julho de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-XX-2013-064	Concurso BID-IDEIAS	Julho de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-UR-2013-063	Uruguai. Programa de Transporte Urbano em Montevideú	Julho de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
	MICI-CO-2013-062	Colômbia. Projeto de Construção de la Variante San Francisco-Mocoa - Fase I	Junho de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-AR-2013-061	Argentina. Programa de desenvolvimento das Províncias do Norte Grande: água e saneamento - Infraestrutura	Junho de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-PN-2013-060	Panamá. Programa de Eletrificação Rural	Maio de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-ME-2013-059	n/a	Maio de 2013	Não registrada	Encerrada Não relativo à operação do BID
	MICI-PN-2013-058	Panamá. Projeto de Energia Hidroelétrica Pando-Monte Lirio	Abril de 2013	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-TT-2013-057	Trinidad e Tobago. Programa de reabilitação de infraestrutura	Março de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI
	MICI-CO-2013-056	Colômbia. Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa	Fevereiro de 2013	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-AR-2013-055	Argentina. Programa de Melhoría de Barrios II (PROMEBA II)	Janeiro de 2013	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI
	MICI-JA-2012-054	Jamaica. Programa de Competitividade Agrícola	Dezembro de 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
July-05	MICI-ME-2012-053 (ME-MICI002-2012)	México. Projeto Eólico Mareña Renovables (ME-L1107)	Dezembro de 2012	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Aberta
	MICI-BR-2012-052	Brasil. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos	Dezembro de 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-HO-2012-051	Honduras. Povos Indígenas e Afro-hondurenhos e Mudança Climática	Novembro de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-AR-2012-050	Argentina. Infraestrutura Hídrica: Programa das Províncias do Norte Grande	Novembro de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
	MICI-BR-2012-049	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte 2	Novembro de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-ME-2012-048	México. Pedido de informação do Banco da Auditoria Superior da Federação	Outubro de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-UR-2012-047	Uruguai. Programa de Transporte Urbano de Montevideú	Outubro 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-ME-2012-046	México. Projeto Eólico Mareña Renovables (ME-L1107)	Outubro de 2012	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-CO-2012-045	Colômbia. Sistema Estratégico de Transporte	Setembro de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-CO-2012-044	Colômbia. Projeto de Construção da Variante San Francisco-Mocoa – Fase I	Julho de 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-BR-2012-043	Brasil. Estrada Real – Rede de PYMES Turísticas Estado de Minas Gerais	Julho de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-PE-2012-042	Peru. Esquema Cajamarquilla, Nievería e Cerro Camote	Junho de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-PE-2012-041	Peru. Esquema Cajamarquilla, Nievería e Cerro Camote	Maio de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-BR-2012-040	Brasil. Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina	Abril de 2012	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-TT-2012-039	Trinidad e Tobago. CariSal Unlimited	Fevereiro de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-BR-2012-038	Brasil. Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova – PROMABEN	Fevereiro de 2012	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-BO-2012-037	Bolívia. Preparação Projeto CRIAR	Janeiro de 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-CO-2012-036	Colômbia. Programa de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais em Zonas Rurais	Janeiro de 2012	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
July-05	MICI-AR-2012-035 (AR-MICI004-2012)	Argentina. Programa de Gestão da Sanidade e a Qualidade Agroalimentar (AR-L1032)	Janeiro de 2012	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
	MICI-BR-2011-034	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte	Outubro de 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-AR-2011-033	Argentina. PROSAP	Outubro de 2011	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-RD-2011-032	República Dominicana. Boulevard Turístico del Atlântico	Outubro de 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-PN-2011-031 (PN-MICI002-2011)	Panamá. Programa de Expansão do Canal do Panamá (PN-L1032)	Outubro de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-CO-2011-030	Colômbia. Programa de Sistemas Estratégicos de Transporte Público	Outubro de 2011	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-CR-2011-029	Costa Rica. Programa de Regularização do Cadastro e Registro da Propriedade Imóvel	Outubro de 2011	Não registrada	Encerrada Aposentado pelo Solicitante
	MICI-BR-2011-026 MICI-BR-2011-027 MICI-BR-2011-028	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte	Setembro de 2011	Não registrada	Após comunicação inicial nenhum dos Solicitantes respondeu às comunicações do Mecanismo
	MICI-CO-2011-025	Colômbia. Abastecimento de Água e Saneamento em Zonas Rurais	Setembro de 2011	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BO-2011-024 (BO-MICI001-2011)	Bolívia. Programa de Melhoria do Trecho Santa Bárbara-Rurrenabaque do Corredor Norte	Setembro de 2011	Não registrada	Encerrada
	MICI-CO-2011-023 (CO-MICI002-2011)	Colômbia. Aeroporto Internacional El Dorado (CO-L1029)	Agosto de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Aberta
	MICI-BR-2011-022 (BR-MICI005-2011)	Brasil. Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte 1 e 2 (BR-L1296)	Julho de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
July-05	MICI-CO-2011-021 (CO-MICI001-2011)	Colômbia. Projeto de Construção Variante San Francisco-Mocoa- Fase I (CO-L1019)	Julho de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-BR-2011-020 (BR-MICI006-2011)	Brasil. Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos	Junho de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-BR-2011-019 (BR-MICI004-2011)	Brasil. Programa de Melhoramento de Bairros Habitar Brasil (BR0273)	Junho de 2011	Admissível Fase de Consulta	Aberta Monitoramento
	MICI-CO-2011-018	Colômbia. Programa de Capacitação de Chefes do Lar	Junho de 2011	Não registrada	Encerrada Pedido de informação
	MICI-ME-2011-017 (ME-MICI001-2011)	México. Termoelétrica del Golfo (ME0218)	Junho de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-AR-2011-016	Argentina. Programa Nacional 700 Escolas	Maio de 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-BR-2011-015 (BR-MICI003-2011)	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas - Trecho Norte 1 (BR-L1296)	Maio de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-PN-2011-014	Panamá. Expansão do Canal do Panamá	Maio de 2011	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BO-2011-013 (BO-MICI001-2011)	Bolívia. Programa de Melhoria do Trecho Santa Bárbara-Rurrenabaque e San Buenaventura do Corredor Norte (BO-L1011)	Fevereiro de 2011	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-VE-2011-012	Venezuela. Kreadanza	Fevereiro de 2011	Não registrada	Encerrada Não cabe ao mandato do MICI. Transferido à unidade pertinente do BID
	MICI-SU-2010-011	Suriname. Desenvolvimento Sustentável do Interior	Dezembro de 2010	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-CR-2010-010 (CR-MICI001-2010)	Costa Rica. Sistema de Interconexão Elétrica para os Países da América Central (SIEPAC) (CR-L1009)	Dezembro de 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-AR-2010-009 (AR-MICI003-2010)	Argentina. Programa de Melhoria de Bairros II (PROMEBA II) (AR-L1019)	Novembro de 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada

Ano	Número de Registro da Reclamação	Nome	Data de recebimento do Recibo	Fase/ Ação	Estado/ Comentário
	MICI-PR-2010-008 (PR-MICI002-2010)	Paraguai. Programa de Corredores Rodoviários do Paraguai (PR0035)	Novembro de 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-AR-2010-007 (AR-MICI002-2010)	Argentina. Programa de Serviços Agrícolas Provinciais II (PROSAP) (AR-L1030)	Novembro de 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
	MICI-BR-2010-006	Brasil. Projeto Rodoanel Mário Covas - Trecho Oeste	Outubro de 2010	Não registrada	Encerrada Não houve contato prévio com a Administração
	MICI-BR-2010-005 (MICI-BR002-2010)	Brasil. Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova (PROMABEN) (BR-L1065)	Outubro de 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
	MICI-AR-2010-004 (AR-MICI001-2010)	Argentina. Programa Multifásico de Desenvolvimento da Infraestrutura de Apoio à Produção de Entre Rios (AR-L1036)	Junho de 2010	Admissível Fase de Consulta	Aberta Monitoramento
	MICI-BR-2010-003 (BR-MICI001-2010)	Brasil. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica (BR-L1241)	Maio de 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-PN-2010-002 (PN-MICI001-2010)	Panamá. Projeto de Energia Hidroelétrica Pando-Monte Lirio (PN-L1054)	Março de 2010	Fase de Consulta Verificação da Observância	Encerrada Encerrada
	MICI-PR-2010-001 (PR-MICI001-2010)	Paraguai. Desenvolvimento da indústria de produtos derivados da esponja vegetal (S-1004)	Fevereiro de 2010	Admissível Fase de Consulta	Encerrada
	* As primeiras 83 Reclamações foram recebidas sob a Política 2010. A partir da Reclamação Nº 84 sob a Política 2014.				



Fotografia por Christian Ramiro González Verón
⌈<http://christiangonzalez.com>⌋

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

Correios eletrônicos

Para enviar reclamações: mecanismo@iadb.org

Para outros tópicos relacionados ao MICI:

AccessMICI@iadb.org

Tel: +1 (202) 623-3952

Fax: +1 (202) 312-4057

Endereço postal: 1300 New York Ave.
NW Washington, DC., 20577, Estados Unidos.

www.iadb.org/mici

